



## 21º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

### PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de janeiro de 2024 a 31 de março de 2024

**GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Romeu Zema Neto

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Mateus Simões de Almeida

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS**

Rogério Greco

**SUBSECRETÁRIO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE**

Matuzail Martins da Cruz

**ELABORAÇÃO:**

**COMISSÃO DE MONITORAMENTO**

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Luísa de Paulo Longuinho – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende – Representante da unidade financeira do OEP

**ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

**SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE**

Flávia Cristina Silva Mendes

**DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE**

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

Vanessa Serva Maciel Golgher

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE**

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein

Cristiane Pereira Gabriel Brum

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PENAIIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE**

Fabiana Dias dos Santos da Silva

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Karolina Adrienne Silva Oliveira

Paloma de Souza Santos Pereira

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Detalhamento dos resultados alcançados .....</b>	<b>8</b>
<b>Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos .....</b>	<b>8</b>
<b>Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! .....</b>	<b>12</b>
<b>Área Temática 3 – Programa Se Liga .....</b>	<b>15</b>
<b>Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA.....</b>	<b>18</b>
<b>Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp .....</b>	<b>28</b>
<b>Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência .....</b>	<b>31</b>
<b>Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas.....</b>	<b>37</b>
<b>Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade .....</b>	<b>43</b>
<b>Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade .....</b>	<b>46</b>
<b>Área Temática 10 – Gestão da Parceria.....</b>	<b>46</b>
<b>3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1. Detalhamento da realização dos produtos .....</b>	<b>47</b>
<b>4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS .....</b>	<b>49</b>
<b>4.1. Análise das receitas e despesas do período.....</b>	<b>55</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/01/2024 a 31/03/2024 (21º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes sobre a execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório com a respectiva análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento conta com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas da execução dos mesmos.

Ressaltamos ainda, que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência nas metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a SUPEC. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas, objeto do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG), para apresentação do monitoramento neste documento.

Ademais, o 21º Período Avaliatório marca o início do ano de 2024, para o qual foram pactuadas, conforme o Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo, novas metas e entregas nos quadros de indicadores e de produtos do Contrato de Gestão.

Ainda, foi o primeiro período avaliatório em que foi possível iniciar a execução, o monitoramento e a avaliação da transição gradual da gestão patrimonial e estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs). Nesse sentido, o período foi marcado por processos de organização e adaptação, tanto no âmbito da Organização Social (OS), quanto do Estado no que se refere à transferência de algumas responsabilidades, fluxos e procedimentos necessários a essa gestão compartilhada.

Como resultado desse processo, foi entregue o Produto 7.1 - Manual de Procedimentos de Gestão Estrutural e de Gestão Patrimonial das Unidades de Prevenção à Criminalidade, documento que visou estabelecer e sistematizar as diretrizes que orientam e qualificam os procedimentos adotados na gestão e implantação das UPCs e do patrimônio, com a formalização dos fluxos de trabalho, visando também a gestão do conhecimento.

Introdutoriamente, destacam-se também alguns pontos elencados pela OS no RGR, como os projetos desenvolvidos pelo Programa Fica Vivo!, que tiveram impacto no número de atendimentos ao público nos territórios; o encerramento do Projeto Funemp em Curvelo em janeiro/2024 e com a articulação para manutenção do programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) no município ampliando as demais frentes de trabalho; a expansão das oficinas do Programa Mediação de Conflitos (PMC) para todas as UPCs do estado, totalizando 28 novas oficinas implantadas e que, somadas com as demais já totalizam 47 oficinas do programa; execução do projeto “É na Base” também no âmbito do PMC; e, por fim, a entrega do Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã no município de São Gotardo, pelo Programa Selo Prevenção Minas no mês de março.

## 2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
			21º Período Avaliatório Jan/2024 a Dez/2024		
1 	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 15.678 •	• 14.772 •
	1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.813 •	• 2.573 •
	1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 3.420 •	• 3.377 •
2 	2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.080 •	• 3.119 •
	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 7.700 •	• 7.822 •
	2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 26.076 •	• 28.212 •
	2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 136 •	• 170 •
3 	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 660 •	• 669 •
	3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 330 •	• 445 •
	3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 405 •	• 329 •

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			21º Período Avaliatório Jan/2024 a Dez/2024			
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	● 19.404 ●	● 19.243 ●
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	● 74% ●	● 72% ●
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	● 1.386 ●	● 1.082 ●
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	● 6.015 ●	● 5.627 ●
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	● 78% ●	● 84% ●
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	● 522 ●	● 553 ●
6	 Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	● 35 ●	● 63 ●
		6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	● 1.220 ●	● 2.190 ●
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	● 250 ●	● 400 ●
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		● 205 ●	● 259 ●

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			21º Período Avaliatório Jan/2024 a Dez/2024			
	7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	• 240 •	• 253 •		
	7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	• 160 •	• 196 •		
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 91 •	• 81 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 203 •	• 230 •
		8.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 45 •	• 34 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 8,86 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	3	• 64 •	• 64 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	3	• 6 •	• 6 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	

## 2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

### Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

<b>Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
15.678	14.772	94%

<b>Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
2.813	2.573	91%

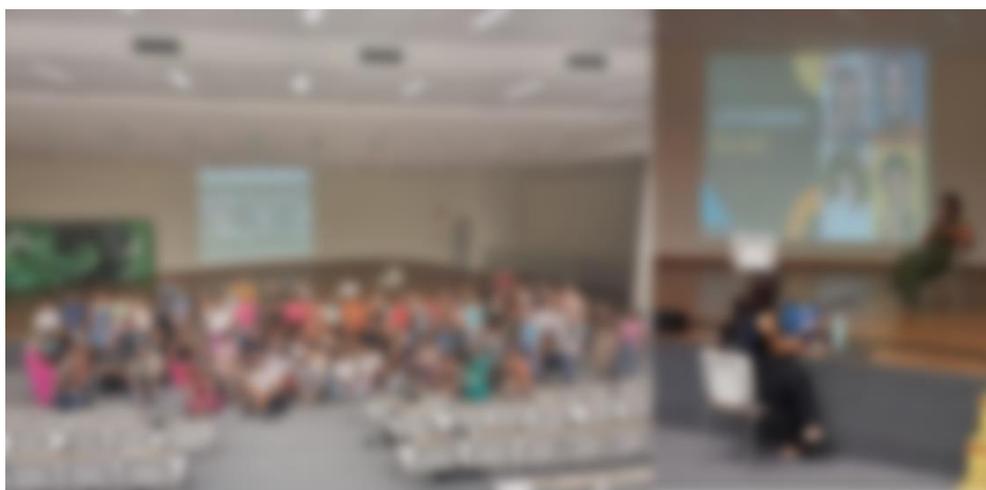
<b>Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
3.420	3.377	99%

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) corrobora com as análises apresentadas pela OS no RGR, acrescentando alguns pontos relevantes para a compreensão dos resultados. No tocante aos indicadores, a diretoria enfatiza que o incremento nas metas se deu especialmente considerando a expectativa nos resultados das implantações de novas oficinas, que tiveram início no mês de março, expandindo a prática para todas as 32 UPC's em que o programa atua. Diante do maior investimento em oficinas e o aumento significativo do resultado dos indicadores no ano de 2023 e 2024, a DCM tem se preocupado em direcionar o trabalho da OS, principalmente dos supervisores metodológicos, para aprimorar os basilares de atuação do programa, garantindo uma prática que gere resultados coerentes com objetivo da política de prevenção social à criminalidade.

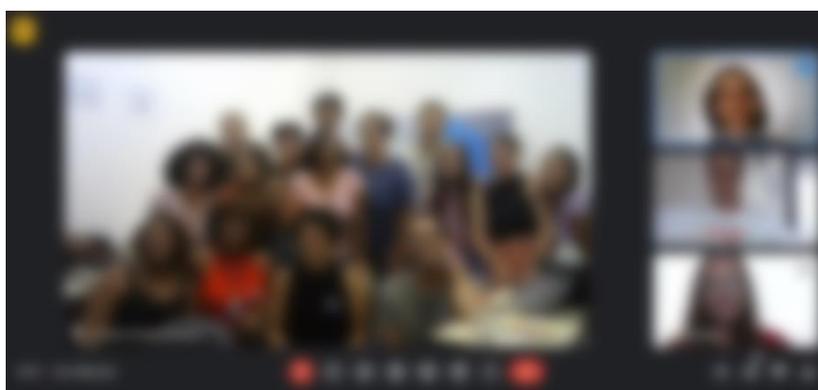
A expansão das oficinas do PMC por meio de recursos estaduais e de Emenda Parlamentar da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) visa o fortalecimento do protagonismo comunitário que as referências locais exercem quando abordam temas relevantes para a prevenção e o enfrentamento da violência de forma abrangente e eficaz, além de promover o maior acesso do programa às diversas violências presentes nas relações estabelecidas nestes territórios e gerar intervenções de acordo com a peculiaridade de cada situação. Salienta-se que a ampliação das oficinas só foi possível após um trabalho conjunto entre DCM e OS para capacitar as equipes, com a entrega de um “Guia de Oficinas” que comporta todas as questões metodológicas e administrativas que envolvem a execução desta prática de atendimento. O compromisso dos supervisores metodológicos e das equipes em executar o direcionamento e o planejamento realizado pela Gerência de Monitoramento de forma qualificada também é destaque neste PA, tendo as oficinas se ampliando no período de um mês (de 26 para 47). Espera-se que este investimento se desdobre em resultados positivos nos indicadores ao longo dos próximos meses.

Ainda nesse aspecto, menciona-se a composição da Comissão Metodológica do PMC, cuja proposta para o primeiro semestre de 2024 é fomentar a discussão sobre a prática de atendimento “oficinas”, buscando o aprimoramento no acompanhamento de suas atribuições e qualidade dos resultados. Vêm sendo também realizadas reuniões com a Gerência de Monitoramento e Gestão de Projetos da OS com o objetivo de reforçar a importância do acompanhamento qualificado das oficinas, **sendo esperada a apresentação de leituras preventivas e orientações estratégicas aos atores que executam a prática de atendimento.** Destaca-se, ainda, que **a OS deve entender qual a diferença entre as oficinas realizadas pelo Programa Mediação de Conflitos e pelo Programa Fica Vivo!, fortalecendo ambas as práticas de acordo com suas especificidades.** Ainda, pontua-se que a leitura preventiva das necessidades de aprimoramento das oficinas potencializará a construção da capacitação prevista como produto no Contrato de Gestão.

Para demonstrar os resultados e direcionar a atuação do programa no ano corrente, no mês de janeiro a DCM promoveu um encontro junto aos profissionais do PMC, destacando os pontos fortes desenvolvidos e identificando áreas para aprimoramento, bem como enfatizando as diretrizes e o planejamento para 2024. Em um segundo momento, foi promovida formação temática sobre "Letramento Racial", com a palestrante e gerente do PMC Maressa Gonçalves, com o objetivo de aprofundar o entendimento e a sensibilidade dos profissionais em relação às questões raciais pertinentes aos territórios de atuação. Tal iniciativa demonstra o compromisso do programa em abordar questões sociais relevantes e promover a equidade e a inclusão em suas intervenções, encerrando o ciclo de capacitações iniciado em 2023, que perpassou diversas temáticas quanto às violências trabalhadas no programa.

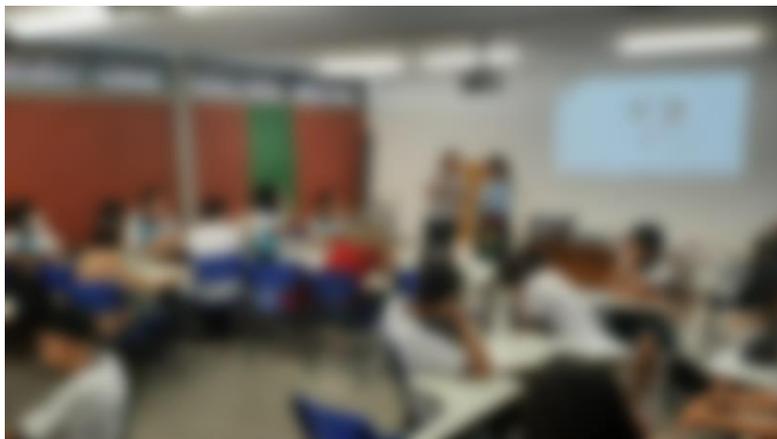


*Encontro com a Diretoria e Formação Temática PMC | Janeiro/2023*



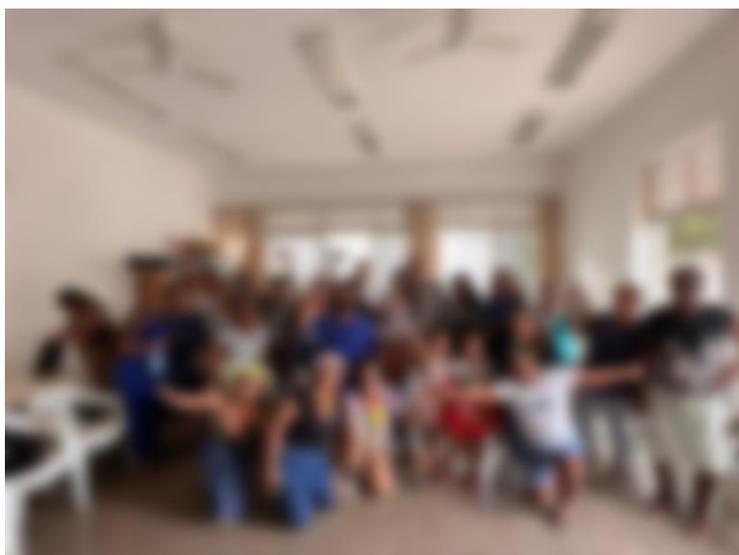
*Encontro Comissão Metodológica PMC | Fevereiro 2024*

No mês de março, destaca-se a execução do Projeto Institucional “É na Base!” com o objetivo de ampliar as discussões no ambiente escolar sobre a temática do enfrentamento e prevenção da violência contra meninas e mulheres, com base na Lei Federal nº 14.164/2021. Este ano, a terceira edição do projeto contemplou aproximadamente 40 escolas distribuídas nos 34 territórios de atuação, alcançando alunos do ensino médio e fundamental por meio de espaços de diálogo promovidos com dinâmicas de grupos, rodas de conversas, palestras e outras ações criativas executadas pelas equipes técnicas.



*Execução Projeto É na Base!*

Ressalta-se, ainda, as diretrizes emanadas pela DCM com relação ao fomento de ações de prevenção e enfrentamento às violências de gênero, realizadas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Diversas equipes do PMC promoveram nos territórios de atuação passeatas, rodas de conversa e outras ações pertinentes a fim de que a pauta seja cada vez mais fortalecida junto ao público-alvo. Essas ações impactaram significativamente a mobilização das comunidades das áreas de abrangência do PMC, bem como promoveram importantes articulações junto às redes de parceria.



*Ação Dia Internacional da Mulher – Equipe Jardim Leblon – 08/03*

Ainda neste período avaliativo, a diretoria investiu na construção de materiais que padronizassem as peças gráficas, a fim de determinar enquanto diretriz o alinhamento das artes visuais do programa para garantir a consistência da sua identidade em todos os materiais de divulgação, tornando-os mais adequado

ao público atendido, em consonância com as propostas estabelecidas via parceria com a OS e com as diretrizes estaduais.

No tocante ao **indicador 1.1**, a DCM corrobora com a análise apresentada pela OS, visto que o PMC continua avançando nos resultados de forma quantitativa e qualitativa. Os dados dos indicadores com relação ao número de atendimentos se assemelham com o período avaliatório de 2023, sendo destaque apenas o mês de março, considerando os impactos da execução do Projeto É na Base e a implantação das novas oficinas. Sobre o Projeto É na Base, a OS relata ter **direcionado às equipes a realizarem intervenções com um número menor de participantes, conforme alinhamento metodológico**, o que a DCM avalia ser de extrema importância para a continuidade da execução com a qualidade necessária, uma vez que espaços coletivos devem primar pela escuta ativa, diálogo e integração entre participantes. **Espera-se que nas próximas edições esta orientação seja ainda mais enfatizada.**

Quanto aos dados de atendimentos gerados pelas Oficinas do PMC, a DCM corrobora com os diversos desafios encontrados pelas equipes e reforça a **importância de um trabalho prévio para que os processos de mobilização e contratação de oficinairos sejam ainda mais satisfatórios**. É justificável, pensando nos desafios de mobilização, os baixos números de atendimentos, principalmente nas oficinas que iniciaram em março, porém **chamam atenção àquelas que, apesar de um maior tempo de execução, não estão alcançando o esperado**. Destaca-se a oficina “Artesanato em Tulipas” da UPC Jardim Teresópolis que em nenhum mês do primeiro trimestre conseguiu alcançar a metade dos atendimentos esperados. Cabe observar que em um parâmetro geral das oficinas, das 48 em funcionamento no mês de março, apenas 11 alcançaram a meta de 70 atendimentos mensais. **Espera-se da OS atentar-se a essa leitura para que possíveis estratégias sejam construídas no intuito de intervir na capilaridade das oficinas, visando o maior alcance nos territórios do público-alvo.**

No que tange à atuação da OS no direcionamento das equipes para promover o acesso do público atendido de forma igualitária a todas as práticas de atendimento, a **DCM/Supec difere do entendimento apresentado no RGR ao mencionar que neste PA houve um “balanceamento entre as práticas de atendimento”**. Nesse sentido, a DCM/Supec reforça que **ainda há práticas que necessitam de uma leitura mais qualificada em detrimento de outras, como por exemplo as demandas de casos coletivos**. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, pelo menos seis municípios não realizaram essa prática, quais sejam: Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Santa Luzia, Uberlândia e Vespasiano, sendo que em Santa Luzia e Uberlândia ainda se destacaram no número de atendimentos provenientes de ações de organização comunitária. Ora, é esperada uma análise da OS acerca da justificativa dessa leitura, haja vista que em todos estes municípios pode-se encontrar territórios com questões atenuantes em dinâmica criminal e social, demonstrando a importância de intervenções coletivas que pautem a prevenção e o enfrentamento às violências por meio de grupo de pessoas. Dessa forma, **assim como destacado no período avaliatório anterior, ainda se percebe a necessidade de investimento nas práticas para além dos casos individuais e oficinas, sendo necessário uma análise por parte da OS para compreender a oscilação dessas práticas, a fim de apresentar um plano de trabalho com intervenções assertivas para os próximos períodos.**

Quanto ao **indicador 1.2** a DCM corrobora com a OS considerando que a aproximação do alcance da média do número de pessoas atendidas foi possível devido à mobilização do público para a participação das oficinas do PMC e à adesão do público participante do Projeto Institucional É na Base! Apesar destes investimentos, faz-se necessário pensar em novas formas de potencializar o alcance das pessoas pelo programa. Nesse sentido, destacamos o desempenho da equipe da UPC do Palmital/Santa Luzia, que no mês de janeiro conseguiu alcançar 109 pessoas atendidas, promovendo a organização comunitária em três frentes de atuação com base nas temáticas de promoção dos direitos das pessoas idosas, descarte irregular do lixo e do uso coletivo da água. Esses dados só reforçam o quanto as demandas comunitárias são potentes para promover a obtenção destes resultados por meio de intervenções coletivas. Dessa forma, entende-se

que o indicador da média mensal de pessoas é indispensável para pensar a amplitude e alcance do PMC enquanto política pública. **Se a expansão do programa junto ao público-alvo não ocorre de forma progressiva, é relevante pensar estratégias inovadoras para o seu alcance.** Nesse sentido a DCM convida a OS para contribuir com a construção de intervenções metodológicas que reverberem no maior alcance de pessoas atendidas.

No que se refere ao **indicador 1.3**, o PMC demonstra seu investimento junto à rede parceira de proteção, haja vista a quantidade significativa de construção de fluxos e casos que foram discutidos neste período avaliatório. Uma política pública que promove o acesso aos direitos de um público que vivencia diversas vulnerabilidades sociais deve buscar em suas práticas a aproximação institucional com equipamentos que colaboram para a garantia destes direitos. No que toca o diálogo com a rede, cita-se como destaque os resultados alcançados pela equipe da UPC do Morro das Pedras/BH, que neste período avaliatório somou 178 ações junto a rede de proteção. Após a discussão sobre os diálogos estratégicos junto à rede comunitária realizado no último PA, é percebido um empenho da equipe na aproximação e consolidação do vínculo para a construção de fluxos e discussões de casos junto aos atores estratégicos que compõe equipamentos da área de abrangência do PMC. Nessa perspectiva, os resultados alcançados neste indicador são a soma dos resultados dos esforços das equipes em promover um trabalho em parceria. A execução de Projetos de Prevenção e Projetos Institucionais como o Projeto É na Base!, dentre outros, sustentam a efetividade dessas trocas.

Por fim, embora todo o esforço no alcance dos indicadores, é importante registrar a rotatividade dos profissionais no âmbito do PMC, pois retarda no avanço de muitos processos, pois exige de todos os envolvidos recomeçar e qualificar a equipe técnica quanto ao basilar da atuação do programa, para não se perder a execução, a capacidade e a qualidade dos atendimentos, bem como os novos estabelecimentos de vínculos com as comunidades, essencial ao desenvolvimento do trabalho. No corrente ano, inclusive, os supervisores metodológicos da OS estão investindo em capacitações de temas como segurança cidadã, políticas públicas e seus limites, temáticas corriqueiras no programa, contudo, necessárias a reiteração para as novas equipes que tem sido contratadas.

## Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

<b>Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
3080	3119	101%

<b>Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
7700	7822	101%

<b>Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
26076	28212	108%

<b>Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
136	170	125%

A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude – DPJU – corrobora com a leitura apresentada pela OS no RGR. O alinhamento entre a Supec e o Instituto Elo visando o cumprimento do planejamento e o alcance das metas contribuiu efetivamente para os resultados. Apesar da expressiva renovação do quadro de profissionais do Fica Vivo, devido à alta rotatividade, verifica-se a manutenção da qualidade do trabalho e o cumprimento das metas pactuadas. Contribuíram para os resultados, dentre outras estratégias: a disponibilização de espaços de escuta dos profissionais que desenvolvem o trabalho na temática da adolescência e da juventude, aprofundando nos aspectos intrínsecos a essa atuação; os investimentos em infraestrutura; e a diversificação das formas de atendimento ao público. Além da continuidade de tais condições, que têm propiciado avanços se comparado aos períodos anteriores, os processos devem ser também continuamente aperfeiçoados, visando maior assertividade também no próximo período.

Em relação ao indicador **2.1 - média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**, o programa apresentou um resultado satisfatório, embora um pouco menor que o do trimestre anterior. Cabe mencionar o empenho das equipes técnicas, da gestão social, da supervisão metodológica, do Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos do Instituto Elo e da Diretoria do Fica Vivo! no acompanhamento da execução das oficinas do programa, sobretudo, em relação à comunicação de desenquadramento da inscrição de Microempreendedor Individual - MEI de algunsicineiros e oficineiras, dando o suporte para a regularização e a atenção necessária aos possíveis efeitos desse processo nos meses subsequentes. Tal suporte minimizou o número de oficinas suspensas e de eventuais impactos na realização de encontros de oficinas previstas, bem como em rescisões evitáveis e na descontinuidade dos atendimentos em oficinas. **Permanece a orientação para a que a OS atue no sentido de garantir que seus colaboradores construam estratégias, junto aos parceiros e à rede de proteção local, para a manutenção dos encontros de oficinas diante dos desafios territoriais para a sua realização.**

Acerca do **indicador 2.2 - média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**, considera-se importante mencionar o acompanhamento que as equipes devem realizar, sobretudo nas oficinas com baixa participação dos jovens. A leitura sobre o local de implantação da oficina, os dias e horários de realização, a região atendida, a modalidade do ofício, o público que frequenta, as eventuais limitações de entrada impostas pelo espaço dos parceiros, bem como eventuais restrições impostas pelas famílias para a participação dos jovens, o contexto da dinâmica do território, bem como o compromisso dos oficineiros e oficineiras com a execução da oficina são alguns dos pontos que devem ser avaliados para alinhamento com os oficineiros (as) durante as reuniões individuais.

Além disso, é imprescindível que as equipes intensifiquem o acompanhamento presencial nas oficinas para auxiliar os oficineiros e oficineiras na construção de estratégias para adesão e mobilização do público. Cabe destacar que a realização de projetos (locais, de circulação e interinstitucionais) costumam impactar positivamente na participação dos jovens nos encontros de oficina, uma vez que contribuem para o estabelecimento/fortalecimento do vínculo com o programa e para a socialização entre os pares, além de estimularem maior participação e evitarem infrequência. Outro fator que pode ter contribuído para o alcance da meta foi a apresentação das metas para 2024 por UPC para cada indicador, realizada pela Assessoria de Gestão da Informação (AGI) da SUPEC favorecendo a visibilidade do incremento mensal que as equipes

deverão construir com o grupo de oficinairos e oficinairas em cada localidade. **Permanece a orientação para que a OS adote estratégias visando garantir que seus colaboradores diversifiquem as estratégias de mobilização e atendimento do público.**

Para o **indicador 2.3 - número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**, percebe-se, em relação ao período avaliatório anterior, uma diminuição na realização de projetos locais. As demais formas de atendimento apresentaram aumento, o que aponta para o investimento das equipes em desenvolver e qualificar o grupo de oficinairos e em fortalecer parcerias institucionais e comunitárias que favoreçam a realização e a diversificação de intervenções comunitárias e o atendimento ao público. **Recomenda-se que as equipes permaneçam investindo na ampliação dos atendimentos individuais, sobretudo com o público prioritário, diante da identificação de risco social grave e/ou violências/violações sofridas ou cometidas.**

Sobre a análise do **indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**, sugerimos a seguinte correção no texto das páginas 38 e 39 do RGR:

**Texto RGR:** *Destaca-se que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/Ventosa possuem cobertura de dois grupamentos do Gepar, por conta da área de abrangência. A unidade do Ribeiro de Abreu abrange a região do CBTU e quem faz a cobertura é o Gepar da 18ª Cia. No restante do território que abrange o conjunto Paulo VI e o bairro Ribeiro de Abreu a cobertura é feita pelo Gepar da 24ª Cia. Na unidade do Via Colégio a situação é similar. A parte do São Benedito é acompanhada pelo Gepar da 69ª Cia e no restante do território a cobertura é feita pelo Gepar da 71ª Cia. Na unidade do Morro das Pedras/Ventosa, cada aglomerado possui a cobertura de um Gepar, especificamente, sendo o do Morro vinculado à 125ª Cia e da Ventosa à 126ª Cia.*

**Retificação:** Destaca-se que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/Ventosa possuem cobertura de dois grupamentos do GEPAR, por conta da organização dos Batalhões da PMMG que cobrem estas respectivas áreas de abrangências, a saber: Em Belo Horizonte, a UPC do Ribeiro de Abreu está sob o âmbito do 16º BPM e do 13º BPM. Os bairros Ribeiro de Abreu, Beira Linha, Paulo VI e Conjunto Paulo VI tem a cobertura do GEPAR vinculado ao 16º BPM. Já a região do CBTU que pertence a esta mesma UPC, tem a cobertura do GEPAR ligado ao 13º BPM. A UPC do Morro das Pedras/Ventosa, está sob o âmbito do 5º BPM. O que diferencia neste caso, são as CIA's que cada região pertence e conseqüentemente tem um GEPAR específico. Ou seja, a região do Morro das Pedras possui a cobertura de um GEPAR, especificamente vinculado à 125ª Cia e a região da Ventosa ao GEPAR ligado à 126ª Cia. Já em Santa Luzia, na UPC do Via Colégio a situação é análoga, ou seja, pertence ao 35º BPM, mas há duas CIA's que dividem a cobertura da área de abrangência: área do São Benedito é acompanhada pelo GEPAR da 69ª Cia e no restante do território a cobertura é realizada pelo GEPAR da 71ª Cia.

Ainda na página 39 do RGR, em relação às justificativas da gestão social citadas para a não realização das reuniões entre a UPC e o GEPAR, ressalta-se que, em 01/08/2023 foi enviado pela diretoria do programa a estes profissionais um documento orientador acerca dos respectivos desafios cotidianos nesta temática das reuniões entre a UPC e o GEPAR. Os casos citados estão contemplados, com as devidas orientações e intervenções necessárias para a contribuição na realização do trabalho. **Neste sentido, orienta-se à OS que estimule seus colaboradores a darem atenção e priorizarem as diretrizes enviadas pelo estado, bem como acionar a Gerência de Intervenção Estratégica da Supec antes do fechamento do mês, para que estes casos possam ser minimizados.**



### *Formação e alinhamento das equipes e gestão social da UPC Cabana*

Dando sequência às contribuições da Gerência de Intervenção Estratégica nesta temática, em 15/03/2024 ocorreu, de modo presencial, a formação e alinhamento das equipes e gestão social da UPC do Cabana. Na oportunidade, foi estudada a Instrução do GEPAR – Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco - N.º 3.03.20/2016-CG e a Resolução Conjunta Nº 160 de 2013, que estabelece diretrizes de ações conjuntas entre GEPAR e as UPCs.

Informamos ainda, que a Supec iniciará os trâmites junto a PMMG para atualização da Resolução supra citada.

### **Área Temática 3 – Programa Se Liga**

<b>Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
660	669	101%

<b>Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
330	445	135%

<b>Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
405	329	81%

A Coordenação do Programa Se Liga inicialmente aponta que os avanços no fortalecimento institucional e a magnitude da pauta dos egressos do sistema socioeducativo no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), sobretudo pelo destaque adquirido pelo programa em âmbito nacional enquanto referência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o desenvolvimento da política de acompanhamento pós Medida Socioeducativa (MSE), trouxeram reflexos importantes neste trimestre, com a sinalização da SEJUSP acerca de uma possível transição do programa para a gestão da

Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - SUASE. Apesar de, até a conclusão deste período avaliatório, não ter havido formalização da concretização de tal possibilidade, nos três primeiros meses de 2024 a SUPEC respondeu informações técnicas ao Gabinete da SEJUSP e à SUASE sobre a execução do programa, seu quadro operacional, estrutura física, metodologia e o público alcançado pelas UPCs Se Liga em operação.

A despeito da manutenção das ações do programa em observância ao princípio da continuidade do serviço público, não há como desconsiderar que a possibilidade de nova realocação da política pública já impactou no planejamento do programa para 2024, especialmente no tocante às ações estratégicas afetas à estrutura, retomada e expansão das regionais de abrangência do Se Liga.

Nesta perspectiva, a Coordenação do programa na Supec considera válido recordar a contextualização quanto à vinda do programa para a estrutura da SUPEC e os desafios que acompanharam essa mudança, além da pandemia de COVID-19. Ressaltam-se os esforços empreendidos no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar esses impactos no comportamento do alcance das metas relativas aos indicadores e produtos pactuados nestes 4 (quatro) anos de execução, como também do investimento na promoção do programa.

O Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais – Se Liga, tem sua execução inicial no ano de 2010 na estrutura orgânica da SUASE, ficando suspenso entre 2018 e 2019 em virtude de questões jurídicas relativas à execução da Política da Socioeducação. No ano de 2019, com a Reforma Administrativa da estrutura do Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, com a reformulação orgânica e de competências de atuação das políticas de justiça e segurança pública no estado, o Programa Se Liga tem sua execução submetida às competências da SUPEC por meio da Diretoria de Políticas de Prevenção à Criminalidade para a Juventude - DPJU.

Tal alteração se deu em decorrência da *expertise* da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade nas discussões atinentes às pautas que tangenciam o acompanhamento aos egressos do sistema prisional (Programa PRESP) e às juventudes (Programa Fica Vivo!). No ano de 2020, então, o Se Liga passa a compor, oficialmente, o escopo de execução do Contrato de Gestão nº 02/2019, como parte do objeto, qual seja a co-execução das ações e programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

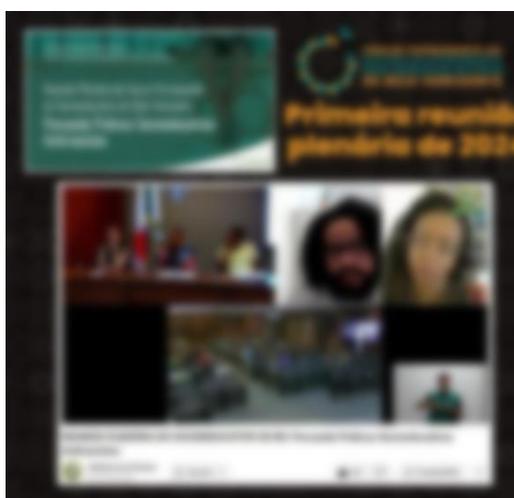
A metodologia do programa, sob o viés da Prevenção Social à Criminalidade, envolve a compreensão de que é possível contribuir para a redução do índice de reincidência nas trajetórias infracionais e de risco dos (as) adolescentes e jovens egressos das medidas socioeducativas a partir da implementação de um conjunto integrado de estratégias e ações pelo Poder Público, com a participação da sociedade civil, visando a intervenção direta sobre dinâmicas sociais geradoras de conflitos, contribuindo para a diminuição dos fatores de riscos e ampliando os fatores de proteção do público atendido.

Passando à análise dos resultados do programa neste período avaliatório, quanto ao **indicador 3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga**, a DJPU corrobora com a análise da OS. A título de ampliação destas análises no tocante ao número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, a diretoria considera importante destacar que motivada pelo cenário vivenciado, a reflexão sobre a necessidade de equalização do investimento por parte das equipes técnicas de ambas as regionais, no número de atendimentos afetos ao eixo egresso se fez prioritária.

Percebe-se que os esforços das equipes têm se direcionado de forma mais enfática ao trabalho construído com o adolescente/jovem durante a medida socioeducativa, eixo do pré-egresso, a fim de despertá-lo para a participação e interesse pelo programa. Tal investimento amplia as possibilidades de vinculação futura dos adolescentes ao Se Liga, mas, em contrapartida, verifica-se uma redução da frente de trabalho junto ao egresso acompanhado pelo programa, considerando o número de atendimentos realizados em cada eixo vinculado a este indicador. Diante de tal constatação, é necessário pontuar para uma correção de rumos.

No que se refere ao **indicador 3.2 - Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social**, para além dos elementos destacados pela OS, a DPJU considera importante mencionar que no processo de articulação em rede, devem ser consideradas as duas dimensões de trabalho: a institucional e a subjetiva. No âmbito institucional, é necessário que o programa se posicione como um ponto na rede e, para tanto, torna-se essencial conhecer os parceiros e estabelecer fluxos com as parcerias, de modo a estreitar a relação das instituições, para otimizar o fluxo de atendimento aos adolescentes e jovens.

Sobre este último, agregamos à análise deste trimestre, a participação do Programa Se Liga nas comissões temáticas do Fórum Permanente Socioeducativo de Belo Horizonte, assim como em sua reunião plenária com a temática: *Pensando Práticas Socioeducativas Antirracistas*. Da mesma forma, o programa marcou presença no evento #Conexão Socioeducativa, promovido pela SUASE e realizado em parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais, cuja pauta foi o atendimento socioeducativo às adolescentes: *Os desafios da construção de redes protetivas para o público feminino*.



27/03/2024: Reunião Plenária do Fórum Socioeducativo de Belo Horizonte.



25/03/2024: #Conexão Socioeducativa, realizado em parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Em relação ao **indicador 3.3 - Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas**, considera-se essencial reforçar a importância da OS indicar, para além dos avanços, os desafios com cada Unidade Socioeducativa de modo a subsidiar construções estratégicas pela Supec junto

à **Diretoria de Orientação Socioeducativa (DOS/SUASE), com o objetivo de minimizar impactos e o não alcance das metas.**

Por se tratar de uma política pública de livre adesão voltada para adolescentes e jovens, em que a criação de vínculos se faz fundamental, este indicador contempla o primeiro passo para que sejam possíveis as intervenções propostas promovendo, desta forma, o despertar do interesse do público pelo programa. Nessa perspectiva a parceria entre o Se Liga e as Unidades Socioeducativas devem se estabelecer de forma colaborativa e equilibrada, visando a formação de vínculos e a adesão ao programa por parte dos adolescentes e jovens, quando na condição de egressos.

Contudo, alinhada à análise feita no indicador 3.1, destacamos que se faz necessária também para o 3.3, a revisão do investimento dos esforços de trabalho das equipes na parceria com este importante ator da rede de proteção social, de modo que não haja sobreposição de ações da Prevenção e do Socioeducativo. Além disso, deve-se primar pelo caráter de exterioridade de tais ações, que se constituem como um convite constante para os adolescentes e jovens a procurarem o Se Liga no momento pós-medida.

É necessário pontuar que, com a equalização das frentes de trabalho por parte das equipes técnicas e a potencialização dos atendimentos aos egressos acompanhados pelo programa, possivelmente haverá uma sensível redução no número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, o que deverá reverberar na revisão futura das metas para esse indicador.

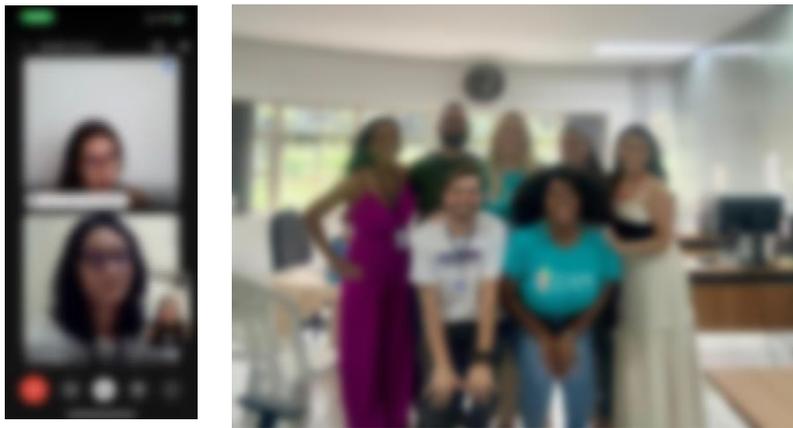
#### **Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA**

<b>Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
19.404	19.243	99%

<b>Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	72%	97%

<b>Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
1.386	1.082	78%

No que se refere ao Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), como apontado pela OS, as equipes do programa construíram o planejamento para o ano a partir das diretrizes emanadas pela Diretoria de Alternativas Penais (DAL) para 2024, sendo os aspectos centrais: a qualificação dos atendimentos e dos acompanhamentos das pessoas em cumprimento de alternativas penais, bem como as ações com a rede parceira (risco criminal e vulnerabilidades sociais, investimento nos atendimentos grupais, medidas cautelares e serviço comunitário, e execução de encontros de rede); o fortalecimento das portas de entrada junto ao Poder Judiciário (penas restritivas de direito, medidas protetivas de urgência e medidas cautelares) e o monitoramento mensal de todo o público do programa.



*Reunião com a gestão social UPC de Governador Valadares, e reunião com a gestão social e equipe na UPC de Ibirité*

Também merece destaque nesse período avaliatório o planejamento e o desenvolvimento das capacitações mensais voltadas à equipe do programa, que acontecerão durante todo o ano de 2024.

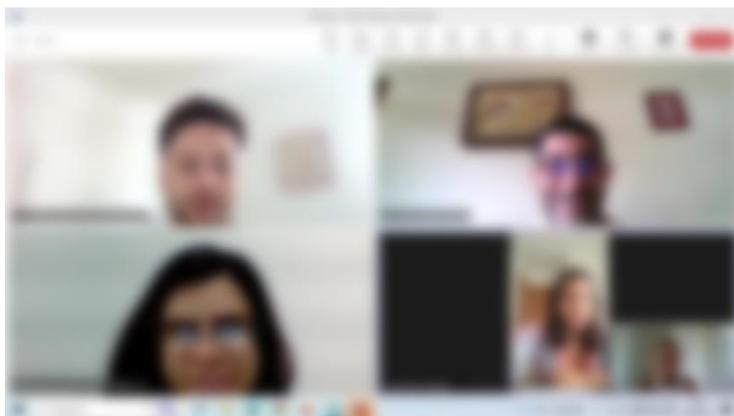


*17/01/2024 | Capacitação: intervenções coletivas – grupo de inicialização, acompanhamento, e encontro de rede*

Como descrito pela OS, nesse período, iniciou-se a transição do formato de atendimento do projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência para a metodologia da Ceapa, envolvendo a implantação de novas frentes de trabalho. Com isso, as equipes de Barbacena e Curvelo foram capacitadas sobre os instrumentais e indicadores do programa.

Ainda sobre a ampliação das frentes de trabalho do programa, a equipe do **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)** de Belo Horizonte realizou 770 atendimentos após as audiências de custódia, que **seguem sem serem contabilizadas nos indicadores**. Foi inaugurada também em 17 de abril a nova sede do TJMG, denominada Central de Audiências de Custódia de Belo Horizonte (CEAC – BH), localizada na Rua Diamantina, 770, Lagoinha, que além da realização das audiências, oferecerão atendimentos, tal como os realizados pela Ceapa e encaminhamentos diversos. No tocante a ampliação para os municípios de Contagem e Uberlândia, a SUPEC tem auxiliado nas articulações para garantia de espaço físico para que as equipes possam iniciar as atividades.

Também nesse PA, diante da avaliação positiva da parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet), as Diretorias da Ceapa e do PrEsp reuniram-se com a instituição e foi acordada a realização de novos cursos profissionalizantes para os públicos dos programas no ano de 2024.



20/03/2024 | Reunião com representante do CEFET

Outra ação de destaque foi a elaboração e distribuição de um folder que aborda o papel do homem no combate à violência contra meninas e mulheres, utilizado no contexto das ações do dia 8 de março:

**Você, homem, é fundamental no combate à violência contra meninas e mulheres**

**Essa luta é de todos nós!**

- Amplie a sua compreensão sobre as várias formas que a violência pode ser exercida.
- Converse com outros homens sobre atitudes violentas e machistas. Você pode mudar isso!
- Aposte no diálogo e em formas não violentas de resolver os conflitos.
- Fique atento aos sinais das mulheres do seu círculo social em situações de violência.
- Não se omita em situações de violência: **denuncie!**

Disque 181. Denúncia anônima. Em caso de urgência, disque 190.

**Você sabia?**

que em Minas Gerais há uma política pública que trabalha a responsabilização de homens autores de violência contra a mulher?

O CEAPA é o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. As ações são modalidades de cumprimento obrigatório para homens sancionados pelo poder judiciário, processados e/ou julgados por crimes no âmbito da Lei Maria da Penha. Busca-se a responsabilização, a reflexão e o reposicionamento frente ao delito cometido.

**Quer conhecer mais sobre o Ceapa?**

Acesse o QR Code

Disque 181 | CEAPA | PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE | MINAS GERAIS

Folder elaborado

NOTÍCIAS - PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

**Integração e prevenção**

Nesta sexta-feira (8), a Sejupe, por meio da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, marcou presença no evento Sempre Vivas, uma ação de conscientização e mobilização promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Suppec atua como parceira dessa iniciativa cujo objetivo é contribuir para prevenção e redução de violências, incluindo aqueles que vitimam mulheres em Minas Gerais.

PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE | MINAS GERAIS

Carreata da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero e evento "Sempre Vivas!"

Além disso, neste trimestre o trabalho da Ceapa foi reconhecido e divulgado em diversos espaços da mídia, com destaque para a propagação do trabalho de responsabilização com os homens autores de violência contra as mulheres.

- [Violência contra as mulheres: como reeducar os agressores? - Opinião Minas \(youtube.com\)](#)
- [Jornal da EPTV 2ª Edição - Sul de Minas | Lei Maria da Penha prevê punição para parentes que moram com vítimas de violência | Globoplay](#)
- [Novas leis aprovadas na ALMG ampliam prevenção à violência contra as mulheres - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#)
- [Entrevista com a gestora social, Vanessa Alves \(youtube.com\)](#)



Passando à análise dos indicadores, conforme destacado pela OS, ocorreu um aumento se comparado ao ano anterior no desempenho dos **indicadores 4.1 e 4.3**. Contudo, no período em análise a meta não foi plenamente alcançada nos três indicadores.

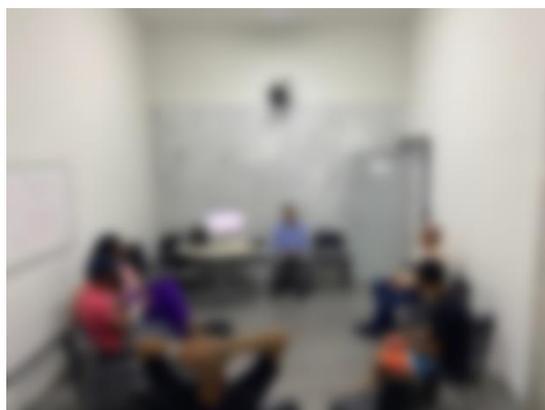
Embora a meta do **indicador 4.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA** não tenha sido atingida, observa-se que o quantitativo executado foi bem próximo ao esperado com resultado de 99%. No trimestre avaliado, a meta mensal foi alcançada apenas em janeiro e o menor desempenho é observado no mês de fevereiro. Como houve uma evolução no mês de março, **espera-se que a OS se organize para mantê-la, alcançando a meta estabelecida nos próximos períodos avaliatórios.**

Cabe pontuar que, as UPCs dos municípios de Barbacena e Pouso Alegre ainda não contribuem nestes indicadores, pois ainda fazem parte do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência” que tem indicadores próprios, contudo, na tabela da OS os mesmos são mencionados. A transição para o Programa Ceapa ocorrerá de maneira gradual, ao longo do ano. No período em análise, apenas o município de Curvelo passou a contribuir com os números, a partir do mês de fevereiro.

No RGR, a OS ainda aponta que o baixo número de encaminhamentos de pessoas pelo Poder Judiciário impacta severamente na execução dos atendimentos. Contudo, cabe ressaltar que o elemento de impacto apresentado **pode ser superado através das articulações da gestão social junto ao Poder Judiciário de cada município.** Como também apontado no RGR, **tal orientação do programa é sempre reiterada para a gestão social**, além das diretrizes para 2024. Outra orientação é quanto ao acionamento quando esgotadas as intervenções pela gestão social, para que **em um nível mais estratégico a SUPEC possa atuar diretamente com o Sistema de Justiça Criminal.** Contudo, até a presente data, nenhuma UPC apresentou à SUPEC um limite de atuação para os gestores públicos pudessem intervir.

Acrescenta-se que o fortalecimento das portas de entrada não garante necessariamente o alcance da meta, haja vista que no mês de fevereiro, em que ocorreu o maior número de inscrições, também se verifica o menor desempenho no trimestre. Assim, para que haja um aumento do público, a ampliação das demais modalidades de atendimentos devem estar bem consolidadas, o que ainda não vem ocorrendo. **Após a inscrição no programa, espera-se que o público permaneça sendo acompanhado na perspectiva do efetivo cumprimento, e que isso reverbere no alcance da meta no indicador 4.2 gerando efetivamente o resultado esperado do cumprimento das alternativas penais e da responsabilização em liberdade.**

Observa-se que a robustez esperada para as intervenções grupais foi atingida no mês de março, com destaque para os atendimentos da modalidade da Prestação de Serviço Comunitário (PSC). **Espera-se que tal realidade se mantenha nos próximos períodos, permanecendo ainda a necessidade de desenvolvimento dos atendimentos grupais na modalidade da medida cautelar.**



*Grupo de acompanhamento na Ceapa de Divinópolis*

Quanto a UPC de Belo Horizonte é importante mencionar que ocorreu uma redução no número de encontros grupais das temáticas advindas do Juizado Especial Criminal, como citado no RGR, haja vista a necessidade de tratamento dos casos represados. Contudo, tal redução foi realizada visando que as equipes pudessem dedicar-se também a outras frentes de trabalho que não vinham sendo plenamente executadas. Não obstante, mesmo com o mutirão realizado na UPC, a equipe permanece sem executar grupo de PSC.

Cabe acrescentar que, no mês de março, a SUPEC por meio do Subsecretário e da Coordenadora de Políticas Penais, participaram junto a gestão social da UPC de uma reunião com os representantes do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte e logrou êxito na suspensão de novos encaminhamentos e da organização dos processos atuais represados. Assim, **espera-se que a Unidade consiga manter a organização e a execução em todas as frentes de trabalho no próximo trimestre.**

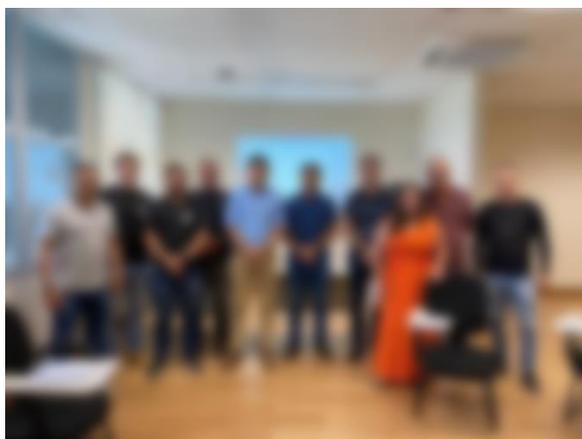
Vale ressaltar, que a UPC de Belo Horizonte se encontra no foco das intervenções atuais da SUPEC e da OS, considerando os recorrentes entraves apresentados na execução dos trabalhos e que as soluções até agora adotadas, não tem sido plenamente efetivas. Destaca-se ainda, um plano de ação em desenvolvimento para a melhoria da execução dos atendimentos e do monitoramento do público desta unidade.

Ademais, como sinalizado pela OS, a UPC de Curvelo ainda não conseguiu avançar na ampliação das modalidades de alternativas penais encaminhadas ao programa. Cumpre mencionar que no mês de janeiro a gestão articulou com a Vara de Execuções Penais, porém tal articulação ainda não reverberou na chegada do público neste trimestre. Com o desligamento da gestora, as tentativas de articulações com o Poder Judiciário no município foram assumidas temporariamente pela diretoria da SUPEC, mas o novo gestor já se encontra sendo capacitado para atuar no próximo trimestre.

A unidade de Divinópolis também passou por um período sem gestão social. Após a reposição da vaga, além da capacitação sobre indicadores, a diretoria também realizou uma reunião para definição de um

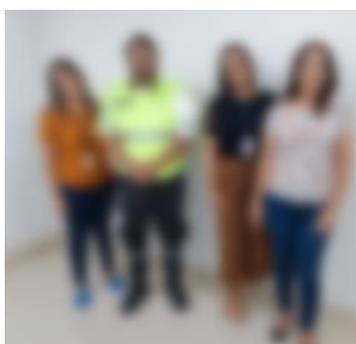
novo plano de ação contemplando articulações com diferentes atores do Poder Judiciário (Vara de Execuções Penais, Justiça Federal, Varas Criminais, Juizado Especial Criminal). **Sugere-se que, no próximo período avaliatório, a OS acompanhe, minuciosamente, a execução do referido plano** para verificar se as estratégias construídas tiveram resultados satisfatórios. Em caso negativo, **faz-se necessário a reconstrução do planejamento, durante o próprio trimestre, para que a unidade consiga realizar a entrega da meta pactuada.**

No último RM foi também sinalizado a “porta de entrada” da UPC de Varginha como um ponto de atenção. Esperava-se para esse trimestre uma conversão dos resultados, contudo isso não ocorreu. Também não foi possível iniciar o recebimento do público encaminhado pela Justiça Federal, pois não foi aceito um fluxo de informações e ofícios fora do SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado. A diretoria tem evidenciado esforços para tentar realizar o cadastro das equipes técnicas no referido sistema. No período em análise, a Diretoria também se reuniu com a supervisão da gestão para repasse das perspectivas do município. Assim, espera-se o acompanhamento das articulações que devem ser realizadas pela gestão, que inclusive já realizou uma agenda com os oficiais de justiça na busca de aumentar o público após as intimações judiciais.



*Reunião gestão social da UPC de Varginha com os Oficiais de Justiça da 2ª Vara Criminal*

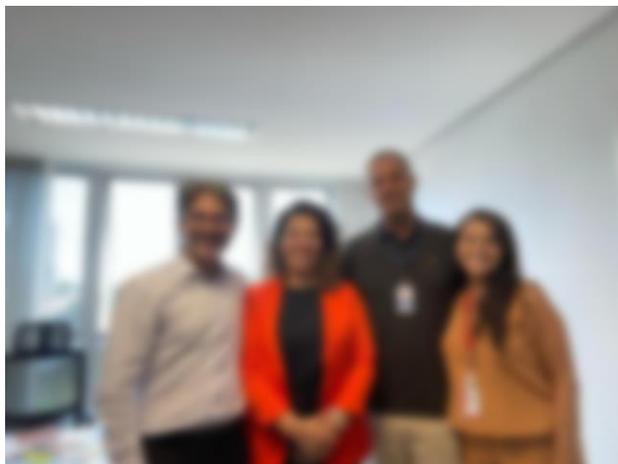
A realidade dos municípios apontados pela OS com entregas expressivas, tal como Betim, Contagem, Montes Claros e Uberaba não ocorreram apenas nesse período, pois vêm sendo uma realidade há alguns meses. Assim, como bem colocado no RGR, a diretoria vem determinando articulações com a rede parceira para execução dos Projetos Temáticos de Execução de Alternativas Penais (PEAP). Tal diretriz também foi repassada ao município de Governador Valadares que, inclusive, já apresentou avanços nessas tratativas.



*Reunião gestão social da UPC de Governador Valadares com a equipe do Departamento Municipal de Trânsito*

Visando alinhar os números de atendimentos com a execução e monitoramento esperados, a Diretoria também tem orientado articulações junto ao Juizado Especial Criminal para reduzir e/ou suspender

encaminhamentos do público para o programa. A articulação com o referido juízo no município de Contagem contou com a colaboração da SUPEC que participou das reuniões com os promotores de justiça, em razão da unidade ainda necessitar avançar nos casos ainda represados de acompanhamentos. Portanto, **após essas pactuações com o Poder Judiciário, espera-se que consiga concluir a orientação referente ao mutirão, o que no próximo trimestre pode avolumar os atendimentos.**



*Reunião com Ministério Público do Juizado Especial Criminal do município de Contagem*

No município de Montes Claros, objetivando conter a demanda crescente além das possibilidades de atendimento, a gestão social foi mais uma vez orientada pela diretoria a **não abrir novas portas de entrada**. Foi ressaltado, dessa forma, que a atenuação das relações com os Juizados Especiais Criminais tem sido um movimento para o desenvolvimento do programa nas discussões sobre a aplicação das alternativas penais, inclusive com a orientação e diretrizes do SENAPEN/MJSP, que vão ao encontro da priorização dos atendimentos das alternativas penais que realmente irão impactar a porta de entrada do sistema prisional, haja vista que o programa não tem a capacidade para atendimento a todos os casos. Portanto, em Montes Claros a parceria com o Juizado Especial Criminal não será iniciada.

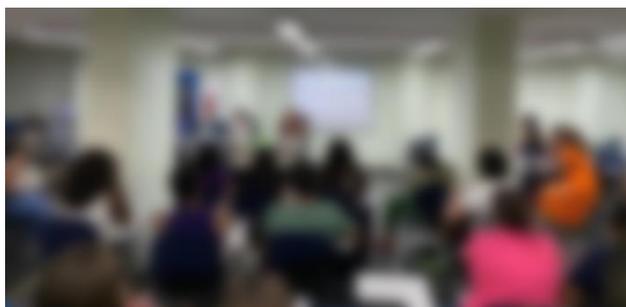
Destaca-se que os quatro municípios supracitados (Betim, Contagem, Montes Claros e Uberaba), apesar dos altos números de atendimentos, também lograram êxito no indicador de percentual de cumprimento (4.2). Já a meta mensal do indicador de rede (4.3) só não foi alcançada no mês de janeiro em Uberaba. Ademais registra-se que a UPC de Uberaba vivenciou um período atípico por ausência de energia elétrica, exatamente em janeiro, o que poderia ter havido a potencialização das ações de rede externa.

No **indicador 4.2 - Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial**, a meta pactuada também não foi lograda, mas o desempenho foi de 97%. Como apontado no último período, **segue a necessidade de melhorar o desempenho nas modalidades de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Acompanhamento de Medidas Cautelares**, pois o avanço no indicador ocorreu apenas na modalidade de Penas Pecuniárias. Portanto, **reitera-se a orientação de que todas as alternativas penais acompanhadas necessitam de intervenções oportunas e céleres pela equipe técnica**. Além disso, aposta-se em intervenções grupais para potencializar o cumprimento das duas modalidades citadas anteriormente.

Ainda no que toca a PSC, tal como citado pela OS, é uma alternativa penal que é desenvolvida em parceria com a rede, portanto **faz-se necessário investir em articulações com as instituições parceiras que consequentemente, gerarão impactos nesse indicador e no 4.3, que neste período ficou aquém do esperado**.

Como apontado reiteradamente, o **monitoramento mensal do público acompanhado** também impacta de maneira positiva no percentual de cumprimento, todavia, na prática, não se têm observado a

materialização plena desta frente de trabalho. Desse modo, buscando reverter essa realidade, como apontado pela OS, no mês de março foi realizada uma nova capacitação sobre o “monitoramento e intervenções em casos irregulares”. Posteriormente, a **supervisão metodológica** foi orientada a **acompanhar essa frente de trabalho com afinco e prioridade**. Espera-se que o efetivo acompanhamento da “planilha de monitoramento” e devolução para que a equipe proceda com as intervenções nos casos necessários de descumprimento. Destaca-se que a **Diretoria orienta a participação dos gestores sociais nos espaços de capacitação para que possam acompanhar a execução das diretrizes no cotidiano** das Unidades.



20/03/2024 | Capacitação | Tema: Monitoramento e intervenções em casos irregulares

No que concerne ao “mutirão realizado”, ocorreu um momento com os gestores para apresentação dos resultados obtidos, e neste espaço foi possível perceber que a avaliação da ação foi positiva. Portanto, corrobora-se com a OS que **segue o desafio de manter o que foi realizado e ter a sequência do monitoramento incorporado nas frentes básicas de trabalho**. Como mencionado acima, Contagem ainda irá vivenciar algumas ações do “mutirão de processos” assim como o município de Belo Horizonte, o que certamente impactará nos indicadores do próximo período.

Ibirité, assim como no período anterior, não alcançou o esperado, tendo resultados em janeiro e março abaixo da meta para a UPC, enquanto o resultado de fevereiro aponta um alcance da meta. Como mencionado no RGR, a realidade desta unidade difere do panorama geral do programa, sendo necessário avançar no desempenho da alternativa penal referente aos “Projetos de Execução de Alternativas Penais”. **Espera-se esse avanço a partir da execução do grupo via rede parceira, contando com intervenções mais céleres.**

As UPCs de Ipatinga e Santa Luzia não superaram o apresentado no último trimestre, bem como apresentaram uma pequena redução se comparado ao último período. **Sugere-se que a OS apresente uma análise mais qualificada no tocante as baixas referentes a PSC em Ipatinga**. Neste município, coloca-se em evidência a necessidade de avançar na parceria com a rede, pois como já citado as instituições também contribuem com a regularização e posterior finalização da PSC.

**Para Santa Luzia, sugere-se uma análise pela OS de todas as alternativas penais aplicadas no município**. A OS aponta que o baixo número de encaminhamentos de casos para cumprimento em grupos está impactando negativamente no percentual de cumprimento, devido ao tempo de aguardo no quórum para iniciar os encontros. **Recomenda-se uma reflexão para que os analistas, juntamente com gestão social e supervisão metodológica, criem estratégias para que as pessoas se vinculem ao programa mesmo enquanto aguardam o início do cumprimento**, por meio, por exemplo, do acompanhamento dos casos. Tais análises são necessárias para que a Diretoria possa contribuir na construção de um plano de ação que gere resultados efetivos.

Ribeirão das Neves também não conseguiu atingir a meta, contudo, apresentou uma progressão se comparado ao período anterior. Portanto, **espera-se que essa evolução se mantenha**. Já em Montes Claros atingiu as expectativas e superou o cenário apresentado no último período avaliatório.

Observa-se que o menor desempenho do indicador 4.2 foi em Varginha. Como já aludido, uma porta de entrada frágil consequentemente impacta nas baixas dos casos acompanhados pelo Programa. A expectativa é uma melhora nesse desempenho pois, orienta-se não só a abertura de “novas portas de entrada”, mas também o início dos grupos e ações de responsabilização, projetos de execução de alternativas penais e grupos de medidas cautelares.

Quanto aos resultados positivos, destaca-se Araguari que consegue manter a entrega do pactuado. Como indicado pela OS, a partir do mês de fevereiro, Curvelo passou a figurar neste indicador e observa-se que a contribuição foi positiva, superando a meta. Assim, espera-se a manutenção dessa realidade neste município, bem como em Uberaba que também ultrapassou o esperado.

Tal realidade não tem se aplicado ao município de Belo Horizonte, que neste período não alcançou a meta, e **evidencia-se o ponto de atenção com as medidas cautelares que apresentam o menor desempenho.**

Por fim, diferente do último período, o **indicador 4.3 - número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio não teve a meta alcançada.** Assim como no último trimestre, a modalidade de rede mais executada foi a visita de monitoramento e permanece baixa a realização de **encontros de rede**, apesar da diretriz da diretoria. Portanto, como já sinalizado no RGR, **perdura a necessidade de consolidação desta frente de trabalho**, tanto para qualificar as intervenções quanto para otimizar a força de trabalho.

Apesar da capacitação realizada no mês de janeiro, que tratou desta atividade, ainda não se verifica uma robustez na execução dos encontros de rede, tendo sido, inclusive, no mês de março, verificada uma redução.

**Enfatiza-se que o avanço necessário nas articulações com o Poder Judiciário também impacta nesse indicador, inclusive para superar a dificuldade apontada pela OS de portas de entradas fragilizadas.** Observa-se uma progressão na frente de **discussão com a rede de proteção social**, logo **espera-se a manutenção dessas articulações** que qualificam os acompanhamentos. Como foi apresentado pela OS, o Programa possui mais de 3 mil instituições parceiras, contudo, não foi possível o sucesso no indicador em análise. Assim, **sugere-se que a OS realize, em todas as UPCs uma atualização do catálogo de entidades parceiras, na busca da elaboração de um diagnóstico para guiar o planejamento das ações de rede ao longo do ano.**

O RGR indica que o insucesso na meta de rede também foi perpassado pela reestruturação do corpo técnico, plantão de atendimentos e execução de grupos. Cabe ponderar se algumas destas situações são previsíveis e **recomenda-se que as unidades tenham um planejamento das frentes de trabalho de acordo com a realidade vivenciada.** Novamente, menciona-se que o encontro de rede pode ser uma estratégia para esses momentos de redução da equipe, pois otimiza a força de trabalho. Além disso, neste indicador, são fundamentais as ações realizadas pela gestão social.

Acerca da UPC de Varginha, a **gestão segue sendo orientada a dar sequência nas articulações com o Poder Judiciário local.** Observa-se ainda, que o cenário se comparado ao último trimestre não se altera nos municípios de Santa Luzia e Betim, inclusive em ambos ocorrera uma entrega numérica acima do esperado, bem como em Contagem.



*Betim: Operação Átria - Ação Nacional Das Forças de Segurança coordenada pelo Ministério da Justiça*

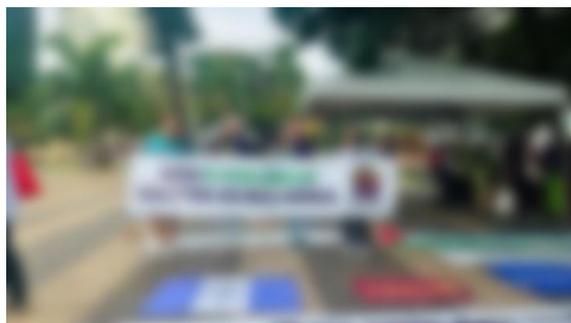


*Encontro de rede UPC Contagem*

Outros municípios que lograram êxito na meta pactuada foram Divinópolis, Governador Valadares e Uberlândia.



*Participação da gestão social da UPC de Divinópolis no evento “Sempre Vivas”*



*Participação UPC de Uberlândia no evento comemorativo ao Dia das Mulheres*

Esse indicador também merece atenção nas UPCs de Ibitaré e Araguari, pois diferentemente do que foi apresentado durante o ano de 2023, neste período a meta não foi alcançada. **Reforça-se a diretriz já repassada para gestão social de Araguari e supervisão metodológica para execução de grupos de medidas cautelares**, para a qualificação e otimização do trabalho, favorecendo as ações de rede.

Embora **Juiz de Fora** não tenha alcançado a meta, observa-se uma progressão durante os meses do período e seu alcance no mês de março, portanto, se **espera a manutenção deste cenário**. Além disso, conta-

se com a manutenção das ações realizadas no mutirão, principalmente quanto à comunicação com o Poder Judiciário, para que as demandas represadas não prejudiquem as demais frentes de trabalho.

Reitera-se que a UPC da capital segue apresentando resultados aquém da meta. Como mencionado pela OS, foram realizadas apenas 66 ações, o que representa 19%, inclusive observa-se uma redução ao longo dos meses. **Com o mutirão e a redução de casos encaminhados pelo Juizado Especial Criminal, espera-se uma evolução nestas ações de rede.** A unidade também não avançou na frente das discussões de caso com a rede de proteção social e, como sinalizado no RGR, nesta modalidade não foi realizada nenhuma articulação. **Evidencia-se a necessidade de fortalecimento da referida frente de trabalho, considerando que mais da metade dos casos inscritos em 2024 estão em acompanhamento de medida cautelar. Novamente, observa-se a necessidade da UPC contemplar em seu planejamento as atividades com a rede e reitera-se a sugestão da OS para apresentação de um plano de ação objetivando a reversão deste cenário.**

Por fim, ratifica-se as análises apresentadas pela OS para os municípios de Ipatinga, Sete Lagoas e Uberaba para que no próximo período a meta seja alcançada.

### Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
6.015	5.627	93%

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	84%	108%

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
522	553	106%

A partir da análise do trabalho do PrEsp no 21º período avaliatório, no que se refere ao **indicador 5.1**, evidencia-se que a meta pactuada para esse trimestre não foi alcançada. Destaca-se que o não alcance é situação recorrente, haja vista os resultados apresentados nos relatórios anteriores com dados que se mantinham entre 97% a 98% e, no período atual, houve uma diminuição significativa, apresentando uma queda para 93,55%.

Analisando individualmente cada município, é válido mencionar que Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas alcançaram suas metas individualizadas. Na análise do RGR, a OS pontua que o município de Ribeirão das Neves apresentou excelente performance, todavia, ao analisar de forma mais aprofundada o quantitativo de atendimentos, percebe-se que esse município continua apresentando números baixos de inscrição do público no programa desde a devolução do livro de assinatura para a Vara de Execuções Penais

no segundo semestre de 2023. Atualmente, o quantitativo mais expressivo desta equipe são as ações com o público não inscrito, ou seja, pré-egressos, familiares de pré-egressos e egressos de outros municípios. Tais ações estão previstas metodologicamente, porém, em se tratando de um programa em que o principal objetivo é o acompanhamento do público egresso, percebe-se que essa frente central de trabalho fica comprometida, devendo haver um equilíbrio entre as diferentes ações de atendimento. No início de 2024, a diretoria pautou prioritariamente para a Supervisão Metodológica **a necessidade de construir intervenções para a mudança deste cenário, e foram apresentadas estratégias plausíveis que devem ser acompanhadas de forma próxima e contínua para que a OS avance neste cenário.**

Em Juiz de Fora e Sete Lagoas, percebe-se um equilíbrio dos números de atendimentos sendo que os diferentes tipos de público são contemplados na proporção que se espera do programa. É válido destacar que em ambos os municípios a porta de entrada mais expressiva é a “Espontânea”, o que demonstra a possibilidade da vinculação do público desvinculado da coleta de assinaturas na UPC. A perspectiva futura do PrEsp é a retirada gradual das assinaturas nos municípios que ainda possuem essa parceria com o Poder Judiciário, de modo que o trabalho seja executado em consonância com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – PNAPE, que estabelece o comparecimento voluntário ao serviço especializado.

Os municípios de Betim, Contagem, Governador Valadares e Ibirité estiveram bem próximos do alcance da meta, tendo obtido êxito em dois meses do trimestre. Em Governador Valadares, a suspensão da coleta de assinaturas foi mantida no mês de janeiro/2024 e, para o próximo período, a gestão social da UPC e a Supec decidiram pela continuidade desta suspensão, de modo que a Vara de Execuções Penais foi oficiada sobre a definição do programa. Em fevereiro, os resultados são bem preocupantes e a OS apresentou justificativas relacionadas à atipicidade do mês, que prevê feriados. Todavia, este **cenário é previsível, o que poderá ser contornado com uma organização prévia do trabalho.**

Diferentemente, são plausíveis as justificativas em relação aos números de atestados médicos apresentados pelas equipes de Betim e Contagem, uma vez que as questões de saúde do trabalhador não são previsíveis e impactam de forma significativa na organização e continuidade do trabalho. É necessário, todavia, manter a atenção e acompanhamento das taxas de absenteísmo para que a equipe de RH e gestão de pessoas da OS possam intervir nesse aspecto.

Ainda sobre Betim, a OS relata desafios da gestão nas articulações com o Sistema Prisional para dar continuidade dos grupos com pré-egressos e iniciar o Projeto Construindo Liberdade. Sobre esse último, trata-se de uma nova modalidade de atividade com o público pré-egresso embasada no Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas (CNJ, 2020), que será executada de forma gradativa nas Unidades Prisionais parceiras. Diante dos desafios no diálogo com o sistema prisional, **ressalta-se que a Supec está disponível para auxiliar a OS nessa frente de trabalho, na articulação estratégica com o Departamento Penitenciário da SEJUSP para intervenção junto às unidades,** considerando a proximidade entre esses atores.

Por fim, **devem ser ponto de atenção da OS os demais municípios que não alcançaram a meta de forma integral.** Nesse sentido, cabe destacar que Ipatinga justifica o não alcance da meta devido ao aquecimento da dinâmica criminal em determinados territórios do município. Percebe-se os esforços da gestão, supervisão metodológica e analistas na construção de estratégias que visam intervir nos efeitos desta realidade. Ademais, para o próximo período espera-se **análises do trabalho de Ipatinga que não se limitam ao fenômeno de violência localizado nestes dois bairros, uma vez que compreender esse município em sua totalidade contribuirá na construção de estratégias para alcance dos resultados.**

Quanto à Belo Horizonte, em um curto espaço de tempo, a equipe sofreu diversas alterações na sua composição, com a alta rotatividade dos profissionais, o que representa um desafio na continuidade do trabalho e no avanço das estratégias anteriormente construídas. Nesse sentido, **a gerência de Recursos**

**Humanos da OS vem sendo acionada para tais discussões e frisa-se a necessidade de um acompanhamento próximo** destas equipes. Ademais, em comparação ao período anterior houve um aumento de 9% e a OS relata que esses números estão relacionados à oferta de profissionalização em parceria com a Doisélles e com o Viaduto das Artes. Pontua-se que tais parcerias apresentaram propostas criativas e inovadoras para o público, e que o diálogo para viabilizá-las teve início na Supec e, posteriormente, a gestão e as equipes deram continuidade às construções de forma exímia, o que resultou na oferta de profissionalização de qualidade, com repercussão expressiva.

Os municípios de implantação mais recente, tais como Divinópolis e Vespasiano, permanecem com dificuldades na consolidação da atuação do programa. Nesse sentido, a Diretoria provocou a supervisão metodológica para a construção de um plano de ação que resultou nas estratégias apresentadas pela OS no RGR. Deste modo, ressalta-se **a necessidade da OS em acompanhar e monitorar a execução deste plano para que o próximo trimestre apresente números exitosos.**

Em Uberlândia, há que se considerar o quantitativo expressivo de público que circula na UPC para a coleta de assinaturas, todavia, o desafio na elevação do indicador 5.1 se mantém. Nesse sentido, **as estratégias apresentadas pela OS devem ser acompanhadas e monitoradas, principalmente no que se refere a mudança relacionada aos grupos de apresentação.**

Acerca do **indicador 5.2**, evidencia-se que a meta pactuada para esse trimestre foi alcançada. Ao analisar o relatório gerencial da OS, percebe-se que o alcance da meta está atrelado com o aumento da capacidade técnica dos analistas na condução do trabalho com o público, decorrente de análises e construções apresentadas em relatórios anteriores, onde fora pautado a necessidade de promover espaços de supervisão e capacitação que fomentassem reflexões sobre a metodologia com as equipes, de modo a ampliar o repertório de atuação. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade da **OS buscar a consolidação dos Encontros Metodológicos de forma híbrida, considerando que as trocas possibilitadas por esses espaços potencializam o trabalho e promovem contribuições significativas. Há que considerar que os desafios já estão postos na condução de encontros nesse formato, todavia OS e Supec devem buscar conjuntamente as possibilidades para superá-los.**

Quanto ao **indicador 5.3**, evidencia-se que a meta pactuada também foi atingida. Na análise do relatório gerencial, percebe-se que a Supervisão Metodológica aponta fragilidades na compreensão das equipes sobre o sentido desta frente de trabalho. Deste modo, cabe pautar **nos espaços de supervisão e capacitação o que a metodologia do PrEsp espera das articulações de rede, a fim de que a equipe avance também nessa compreensão**, tal como foi possível perceber um avanço na capacidade técnica dos analistas na condução do trabalho com o público. A ausência de sentido atribuído por parte das equipes nessa frente de trabalho reverbera na falta de continuidade e efetividade das articulações, de modo que a leitura qualificada sobre o trabalho de articulação de rede é uma intervenção essencial. Sendo assim, **orienta-se que a OS para o próximo trimestre, apresente análises e estratégias para intervir nessas fragilidades da equipe em relação a esse indicador**, principalmente porque o planejamento de 2024 para o PrEsp traz diretrizes para qualificar a construção das articulações junto à rede parceira.

## Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
35	63	180%

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica		
Meta	Resultado	Desempenho
1.220	2.190	179%

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
250	400	160%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelos programas Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC), está progredindo em seu desempenho e em processo de conclusão. Ao longo do trimestre avaliatório, as diretorias dos dois programas têm promovido encontros para debater e coordenar as atividades relacionadas ao desenvolvimento do trabalho, além de abordar os obstáculos encontrados durante sua execução com os atores pertinentes. Abaixo apresenta-se a leitura das ações realizadas pelos programas.

No que se refere à atuação do PMC no projeto, a DCM corrobora com a avaliação feita pela OS no que tange ao período de avaliação e destaca o cenário atual que remete ao encerramento do Programa Mediação de Conflitos neste projeto, sem perspectiva de continuidade em outro formato.

Inicialmente, cumpre destacar a participação das equipes no encontro com a Diretoria do PMC em janeiro para expor os resultados de 2023 e planejamento de 2024, além da formação cuja temática “Letramento Racial” contemplou a importância da discussão sobre os atravessamentos de raça e cor que permeiam o público atendido. Na pauta da mulher, a interseccionalidade é essencial de ser entendida, pois dita a necessidade de construções que levem em consideração a complexidade do fenômeno e do sujeito.

Ressalta-se as construções das equipes técnicas do PMC que ocorreram no mês de março/2024 com relação a prevenção e enfrentamento a violência contra as meninas e mulheres. As ações realizadas contemplaram os municípios e comarcas do projeto FUNEMP. Os alcances dos resultados obtidos também podem ser traduzidos a partir da execução do Projeto Institucional É na Base! 2024.

No município de Curvelo a finalização das atividades ocorreu em janeiro de 2024. Importante ressaltar o acompanhamento da OS durante este processo, visto toda contribuição realizada junto às equipes e gestão social na fase de encerramento. A DCM acredita, como apresentado pela OS, na qualidade da entrega e construções sólidas que possibilitaram o fortalecimento da prevenção diante dos cenários de violências de gênero. Porém, **questiona-se a não legitimação dessa leitura no relatório final entregue pela gestão social de referência, uma vez que o documento apresentado foi escasso em conteúdo que proporcionaria a tradução da leitura da atuação do PMC no município**, dizendo não só dos alcances, mas dos desafios enfrentados, **bem como do que foi possível construir após a execução do programa, ou seja,**

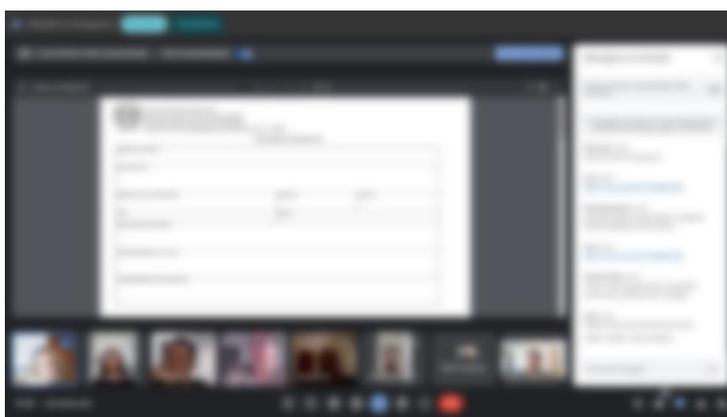
na apresentação de um documento que solidificasse a atuação e os resultados investidos. Destaca-se aqui que o mesmo relatório será solicitado aos gestores sociais de Barbacena e Pouso Alegre na finalização do projeto, enfatizando a necessidade da OS em orientar e acompanhar a produção, gerando um documento de qualidade.

No município de Barbacena as atividades do PMC estão previstas para serem finalizadas no mês de abril/24. A equipe técnica tem apresentado resultados quantitativos e qualitativos que demonstram sua vinculação junto a rede de proteção e organização diante da finalização dos atendimentos voltados para as mulheres em situação de violência, realizados de maneira eficaz. A DCM tem acompanhado de perto esses processos conclusivos e se colocado à disposição naquilo que lhe é pertinente assessorar.

Já em Pouso Alegre por sua vez, ainda que esteja no mesmo contexto de caminhar para o encerramento, o trabalho tem sido realizado de forma contínua por haver um período significativo até a sua finalização. A DCM valida o empenho da equipe, que tem investido na atuação territorial sem poupar esforços para fomentar o diálogo junto a rede de proteção e conservar a manutenção do vínculo com as comunidades as quais já tem acompanhado, especialmente no que toca o Bairro São Geraldo, que em outros momentos já foi sinalizado como foco de atuação do programa, diante do perfil de grande vulnerabilidade social no município.

Conforme relatado no 20º Relatório de Monitoramento, o recorte da atuação da CEAPA nos municípios abrangidos pelo projeto FUNEMP está em processo de ampliação metodológica para a incorporação das demais alternativas penais e institutos jurídicos. Assim sendo, desenvolveu-se um plano de ação para uma transição de forma gradual e que possibilitasse: 1) as articulações de rede, especialmente com o Poder Judiciário; 2) as capacitações necessárias para as equipes técnicas quanto a metodologia do Programa Ceapa; 3) o tratamento dos dados entre o Projeto e o Programa Ceapa através de orientações para armazenamento dos arquivos, planilhas e formulários.

Como parte dessas capacitações, conforme mencionado na área temática 4, as equipes dos municípios de Barbacena e Curvelo foram capacitadas pela Diretoria em 24/01/2024, especialmente quanto aos instrumentais e indicadores da CEAPA.



24/01/2024 | Capacitação: “Introdução aos indicadores e instrumentais”

Desde o período avaliatório anterior, a DAL tem se reunido com as gestões sociais dos respectivos municípios para orientá-los no que tange as articulações com o Poder Judiciário. Os impactos destas orientações têm se refletido no indicador 6.3, analisado mais à frente. Além disso, com relação ao manejo dos dados, a Diretoria e a Assessoria de Gestão da Informação (AGI/SUPEC) traçaram um cronograma para a transição dos dados para cada um dos três municípios e, assim, gradualmente, os municípios têm recebido orientações sobre registros e armazenamentos.

Cumpra-se então mencionar, que neste trimestre a UPC de Curvelo em 01/02/2024 encerrou suas atividades enquanto município integrante do Projeto de Enfrentamento e Prevenção à Violência Contra a Mulher custeado pelo FUNEMP, e passou a compor os indicadores do Programa Ceapa. Cumpra-se ressaltar que a saída prevista de Curvelo ao final do mês de janeiro/2024 foi considerada no cálculo das metas, e assim mesmo com um município a menos **as metas dos três indicadores não foram impactadas**.

Registra-se também a mudança de endereço da sede da UPC de Pouso Alegre, sendo esta a primeira locação de imóvel realizada diretamente pela OS, em razão da transição da gestão estrutural do estado para o Instituto ELO, via Contrato de Gestão.



*Nova sede física da UPC de Pouso Alegre*

Com relação ao **indicador 6.1** (*nº acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher*), importante registrar que com a saída do município de Curvelo no final do mês de janeiro, naturalmente, é possível visualizar uma redução nos quantitativos dos meses de fevereiro e março. Mas, apesar disto, como mencionado no RGR, a meta global foi alcançada.

Também é apontado que neste período ocorreu uma melhoria nas portas de entrada do programa Ceapa, o que pode ser observado nos resultados apresentados nos três municípios. Pondera-se que **embora seja registrado um avanço nesta “porta de entrada”, é necessário acompanhar se este avanço será consolidado em Pouso Alegre, como já ocorre em Barbacena**. Com o início da execução do grupo, Pouso Alegre foi a única das três unidades a ter apresentado um aumento expressivo neste indicador, partindo de três grupos em dezembro/2023 para uma média de 7 grupos por mês neste período avaliatório.

A UPC de Barbacena, por sua vez, mantém o quantitativo deste indicador na mesma média que os últimos dois períodos avaliatórios, atestando, mais uma vez, a consolidação das articulações com o Poder Judiciário neste município.

De maneira similar, analisa-se a atuação de Curvelo isoladamente no mês de janeiro/2024. Quanto ao indicador 6.1, uma vez que a quantidade de grupos foi 7, vê-se a estabilidade dessa média em relação ao período anterior. Neste município, portanto, é notória a consolidação das articulações com o Poder Judiciário no que se refere ao encaminhamento de pessoas processadas e/ou julgadas no âmbito da Lei Maria da Penha para que participem dos Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher.

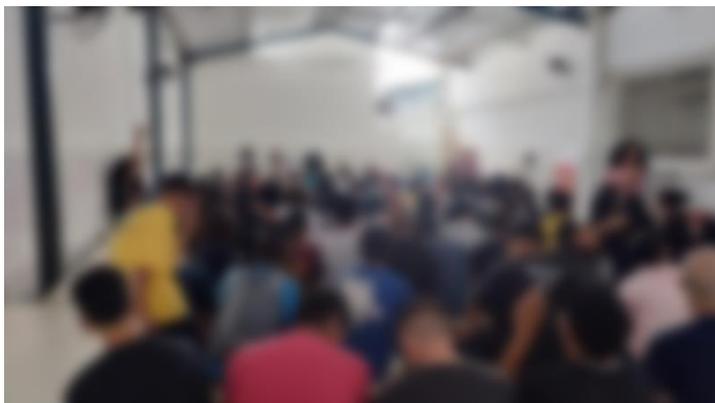
Com relação ao **indicador 6.2**, no que tange à atuação da Ceapa, cumpre mencionar que no RGR há discrepância entre a análise dos dados e o quadro apresentado, ou seja, enquanto o relato cita que o município de Barbacena executou 910 atendimentos (p. 109), o quadro aponta que foram executados 899. **Em conferência dos dados, nota-se que a quantidade correta é de 899**.

Ainda como apontado pela OS, a maioria dos atendimentos do Programa Ceapa foi realizado pela Unidade de Barbacena, que executou 899, como supracitado. **Portanto, realizou 66% acima do esperado e não 21% como apontado pela OS**. A maior quantidade de atendimentos ocorreu no mês de janeiro/2024, mês que a referida Unidade também executou o maior número de grupos. Embora o resultado entregue em

Barbacena esteja sendo superado, **sugere-se que a OS apresente uma análise mais qualificada quando ocorre uma redução numérica nos demais meses, inclusive para identificar se tal redução está relacionada com a porta de entrada.** Ao analisar os últimos dois períodos avaliatórios, observa-se que a média quantitativa dos atendimentos por mês em Barbacena é de 341 e 361 no 19º e 20º períodos avaliatórios, respectivamente, enquanto neste trimestre a média apresentada foi de 300 atendimentos por mês.

No mesmo fio de análise, observa-se uma pequena oscilação positiva dos atendimentos realizados em Pouso Alegre ao se comparar com os três meses que compõem este período avaliatório. Já em comparação a período anterior, **o aumento expressivo no quantitativo de atendimentos neste município aponta que os dados produzidos por Pouso Alegre deixaram, concretamente, de serem incipientes e figuram como impactantes neste indicador.** Diante desse cenário, como relatado na análise do indicador 6.1, há um avanço nas articulações deste município com o Poder Judiciário local. Curvelo, por outro lado, como apontado pela OS, não alcançou a meta estabelecida para o referido indicador, pois figura com 90 atendimentos no mês de janeiro/2024 (último mês em que integrou este Projeto). **Contudo, o previsto para o Programa Ceapa era de 100 atendimentos e não 170 como apontado no RGR, assim o desempenho foi de 90%. Importante esclarecer que o número de 170 atendimentos corresponde a meta total do Projeto, considerando o executado pelos dois Programas (Ceapa e PMC).**

Quanto ao **indicador 6.2 (Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar)** a DCM corrobora com as considerações realizadas pela OS ao dizer do impacto positivo da execução do Projeto Institucional **É na Base!** no alcance dos resultados de atendimentos, já que dos 891 atendimentos, 619 foram realizados pelo projeto, sendo 272 em outras práticas. É notório o investimento das equipes de Barbacena e Pouso Alegre na realização e ampliação de discussões com o público juvenil nessa pauta. No entanto, importante enfatizar **a necessidade da OS apresentar as outras práticas de atuações das equipes, uma vez que no relatório enfatizou apenas o projeto É na Base.** A DCM percebe nos dados apresentados o compromisso das equipes técnicas nas práticas diversas de atendimento, focando não apenas nas demandas individuais que versam sobre o acesso a direitos, mas nas demandas coletivas, especialmente que tangem a leitura da organização comunitária dos respectivos municípios. Um exemplo disso é o trabalho realizado pelo PMC em Pouso Alegre em uma ação de organização comunitária “Março pela Emancipação” que somente neste mês rendeu mais de 173 atendimentos realizados.



*Projeto É na Base! PMC Pouso Alegre | Março 2024*

Por fim, sobre o **indicador 6.3** (*Nº acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal*), a DCM corrobora com a OS quanto à inexpressiva mudança quantitativa, mas ressalta ser **necessário apresentar uma leitura mais ampla de como as ações e as articulações com a rede ocorreram no período em destaque.**

Enfatiza-se a importância desta leitura para que seja avaliado o desenvolvimento das ações do programa atreladas à rede de proteção, principalmente quando se entende a importância dessa interlocução diante da complexidade do fenômeno da violência contra a mulher. Uma ação que exemplifica a consequência assertiva desta parceria é a realizada pela equipe do PMC Barbacena que promoveu uma articulação junto a UBS Sá Fortes para intervir nas dinâmicas das violências contra meninas e mulheres, ao identificar a dificuldade de acesso aos direitos deste público.



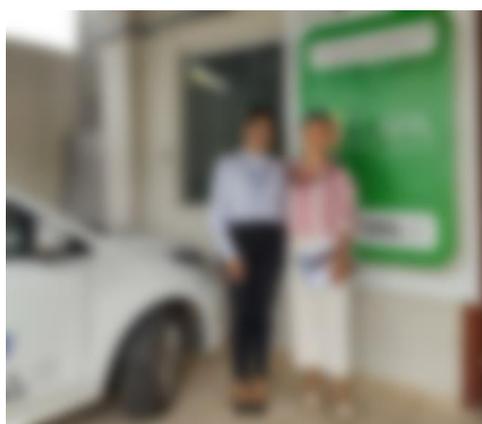
*Ação PMC Barbacena na UBS Sá Fortes sobre a importância do empoderamento feminino no rompimento ao ciclo de violência | Março/2024.*

Com relação ao Indicador 6.3, no que se refere à CEAPA, a OS aponta no RGR que o número de articulações de rede **total (cumulado Ceapa + PMC) foi superada. Esclarecemos ainda, que a Ceapa realizou 184 articulações, superando o proposto de 160, portanto retificamos o dado apresentado no RGR.**

No 20º Relatório de Monitoramento, a Diretoria do Programa Ceapa registrou que esperava um fomento das ações de rede na perspectiva do acompanhamento do público. Isto posto, em análise dos dados fica evidente o avanço do quantitativo dos três municípios, quando comparado ao período avaliatório anterior. Qualitativamente, **houve um empreendimento nas articulações de rede voltadas para a perspectiva da proteção social das pessoas em cumprimento de alternativa penal.** Além disso, todas as unidades realizaram as articulações com o Poder Judiciário, conforme orientações da Diretoria.



*CEAPA Pouso Alegre | Reunião de alinhamento com o CREAS 2 | 13/03/2024*



*CEAPA Curvelo | Reunião com promotora do Ministério Público (MPMG) | 25/01/2024*

A UPC de Barbacena, especificamente, realizou no período em análise 30 articulações com a rede de proteção social para discussão de casos e construção de fluxos de encaminhamento, e apenas uma articulação com o Poder Judiciário local. Apesar da porta de entrada de Barbacena ser robusta e concretizada, como já mencionado, diante do cenário de transição para o recebimento de novas alternativas penais, a expectativa para o próximo período avaliatório é que **a gestão social em Barbacena desenvolva mais articulações com o Poder Judiciário.**

Curvelo, por sua vez, realizou cinco articulações com o Poder Judiciário local a fim de construir novos fluxos de encaminhamentos. Neste mesmo período, executou três articulações com a rede de proteção social para discussão de casos e referenciamentos.

Pouso Alegre, nesta mesma análise, realizou doze articulações com a rede de proteção social para discussão de casos e construção de fluxos de encaminhamento. Nesse mesmo período, realizou três articulações com o Poder Judiciário que reverberou no avanço das portas de entrada.

Diante desse cenário, avalia-se que somente Barbacena tem superado as metas pactuadas individualmente no âmbito da Ceapa, embora Curvelo e Pouso Alegre tem avançado continuamente.

Por fim, quanto as análises dos indicadores e os pontos apresentados pelo RGR, **sugere-se que a OS apresente nos próximos RGRs uma análise mais substancial e não apenas a indicação de alcance ou não da meta. Espera-se uma leitura sobre os fenômenos que têm sido recorrentes nos Programas e que são impactantes ou expressivos para o alcance dos indicadores, bem como a realidade imposta a cada município.**

## Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
205	259	126%

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
240	253	105%

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
160	196	122%

No que tange o Programa Selo Prevenção Minas, verifica-se que o desempenho no **indicador 7.1** superou a meta para o trimestre. Conforme abordado no RGR (p. 114), o programa atingiu a meta 26% acima do previsto e tal resultado é fruto, sobretudo, da consolidação do programa na RISP 10 e da atuação com o eixo Certifica nos municípios de Patos de Minas e São Gotardo, que ocorreu com o empenho e dedicação de toda a equipe, tanto da Organização Social quanto do Estado.

Conforme apontado no RGR (p. 114) no 1PA foram realizadas 205 ações de articulação de rede contemplando todos os 23 municípios da RISP 10. A articulação com todos os municípios da RISP se deve, sobretudo, ao fato da Coordenação Estadual estar junto à Supervisão Metodológica e direcionando a equipe para realizarem uma espécie de pesquisa de satisfação quanto à atuação do programa em todos os municípios da RISP 10. Nesse sentido, a equipe entrou em contato com todos os 23 municípios com o objetivo de reafirmar o compromisso de parceria entre o programa e a rede municipal e também de realizar a pesquisa acerca do grau de satisfação das ações no município, conduzida conforme modelo de formulário enviado pela Coordenação.

A pesquisa obteve 24 respostas com a representação de todos os municípios da RISP 10. Foram feitas perguntas para atribuição de notas em relação à condução, conteúdo e impacto das ações do programa realizadas nos municípios. As notas poderiam ser de 1 a 5, sendo 1 “pouco adequado” e 5 “muito adequado”. Quanto aos resultados, em relação à **condução** e ao **conteúdo** das ações do programa realizadas nos municípios, 66,7% dos entrevistados (16 pessoas) deram nota 5, e 25% (6 pessoas) deram nota 4, e 8,3% (2 pessoas) nota 3. Não houve avaliações negativas. Em relação ao impacto das ações do programa no trabalho dos entrevistados, 15 pessoas disseram impactar muito, 6 disseram impactar e 3 avaliaram de forma mediana. Por fim, no tocante ao impacto das ações do programa nos cenários de criminalidade e violência

do município, 15 disseram impactar muito, 4 disseram impactar, 3 avaliaram de forma mediana e 1 disse não impactar. Todas as 24 pessoas responderam que consideram a atuação do programa importante para o município que representam. Além das avaliações quanto à atuação do programa nos municípios, também foram colhidas ideias de novas possibilidades de atuação para o ano de 2024.

O número alto das ações de articulação de rede se deve também, dentre outras ações, aos seguintes fatos:

1. Realização das entrevistas para o diagnóstico Municipal de São Gotardo (ligações e reuniões para explicar a metodologia e convidar os atores a participarem, além da realização das próprias entrevistas em si);
2. Articulações para a realização do Fórum Municipal em São Gotardo conforme metodologia do Diagnóstico (articulações com a rede municipal para a construção do espaço e ações de mobilização da sociedade civil);
3. Articulações para a realização do Evento de Lançamento do Diagnóstico Municipal de São Gotardo (articulações com a rede municipal para a execução do evento e convites e mobilização do público);
4. Convites aos membros para as reuniões ordinárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e São Gotardo;
5. Articulações para a realização do Evento de Lançamento do Plano Municipal e Certificação do Município de Patos de Minas (articulações com a rede municipal para a execução do evento e convites e mobilização do público).

Nesse sentido, destaca-se a presença do Subsecretário de Prevenção Social à Criminalidade Matuzail Martins, da Gerente do Programa Maria Clara, da Coordenadora Estadual Cristiane Pereira e da Superintendente de Prevenção à Criminalidade Flávia Mendes no evento de lançamento do “Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã de São Gotardo”, ocorrido em 18/03/2023, que simbolizou uma entrega muito importante do programa para o município realizada no mês de março, fruto também das articulações realizadas pela equipe técnica.



*Evento de lançamento do Diagnóstico Municipal de São Gotardo - 18 de março de 2024*

Para o próximo Período Avaliatório, há de se atentar ao fato de que, conforme mencionado no RGR (p. 114), as metas pactuadas considerarão a ampliação do programa para mais uma RISP no Estado, o que ainda não ocorreu devido aos atrasos nos processos de articulação com os municípios, considerando a importância da adesão e da contrapartida dos entes municipais para a implantação do programa. Logo, é possível que as metas pactuadas para esse indicador não sejam alcançadas em sua plenitude e, portanto, é importante reforçar as ações de articulação nos municípios em que o programa já atua.

Por fim, ressalta-se que, conforme abordado no RGR (p. 114), de acordo com as avaliações deste indicador feitas em 2023, a supervisão metodológica e a coordenação do programa têm orientado a equipe em relação à qualificação das ações de articulações de rede para fins de contabilização, suprimindo a possibilidade de contabilização de dois objetivos por ação (não existe mais essa opção no relatório preenchido pela equipe) e registrando apenas as ações em que houveram articulação e não meros contatos esporádicos.

No tocante ao **indicador 7.2**, a meta também foi alcançada. De janeiro a março de 2024 foram realizadas 8 capacitações, que alcançaram 253 participações de pessoas, de 35 instituições e de 7 municípios. A seguir, são resumidas as atividades de formação realizadas:

### **Janeiro (1 capacitação)**

- Capacitação em Presidente Olegário (23/01/2024), na temática “Humanização e qualificação da atuação profissional no atendimento às vítimas de violência”, com a presença de 34 pessoas.

### **Fevereiro (2 capacitações)**

- Capacitação em Abadia dos Dourados (15/02/2024), na temática “Humanização e qualificação da atuação profissional no atendimento às vítimas de violência”, com a presença de 16 pessoas.
- Capacitação em Arapuá (16/02/2024), na temática “A violência contra a mulher e as possibilidades de atuação municipal”, com a presença de 21 pessoas.

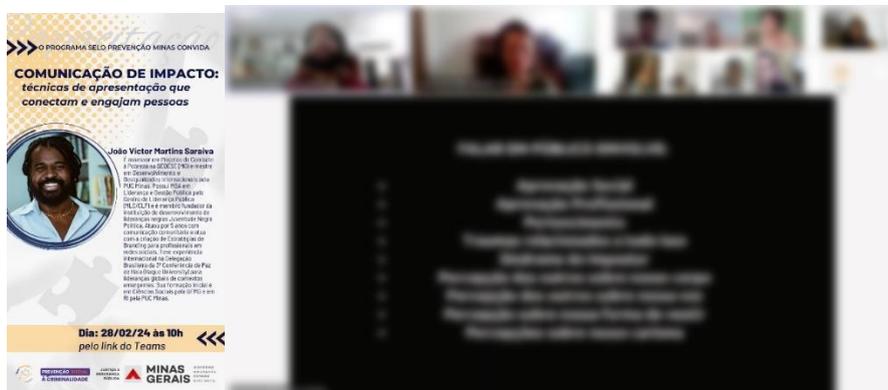
### **Março (5 capacitações)**

- Capacitação em Lagoa Formosa (19/03/24), na temática “A violência contra a mulher e as possibilidades de atuação municipal”, com a presença de 99 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (20/03/24), na temática “Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade”, para os servidores da Superintendência Regional de Educação, com a presença de 48 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (21/03/24 - manhã), na temática “Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade”, com a presença de 12 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (21/03/24 - tarde), na temática “Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade”, com a presença de 13 pessoas.
- Capacitação em Lagamar (26/03/24), na temática “Violência contra a mulher”, com a presença de 10 pessoas.

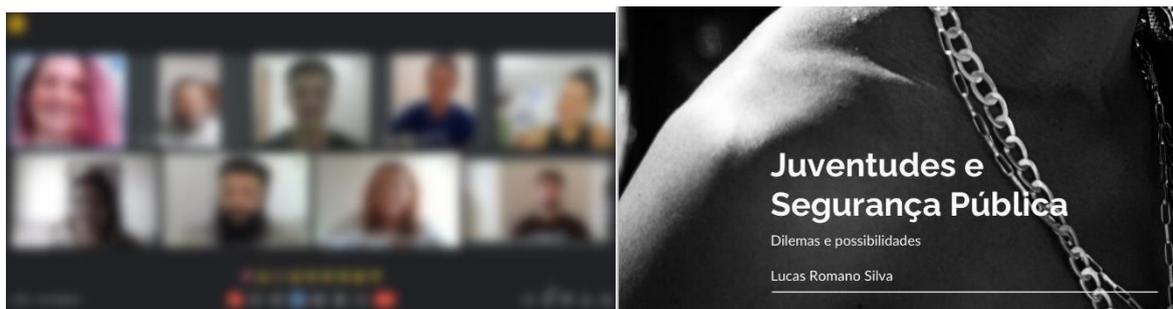
Nota-se, ao observar as capacitações realizadas, que houve uma redução em janeiro (o que é esperado, haja vista ser um período comum de férias) e uma retomada em fevereiro, com maior concentração de realização das formações no mês de março. Destaca-se o fato da equipe ter realizado três formações no município de Patos de Minas, conforme necessidade percebida. Tais formações ocorreram em parceria com as pastas de educação municipais e estaduais, conforme solicitações realizadas. No dia 21, houve dois momentos diferentes, com diferentes públicos trazidos pelo município, que trataram da temática de Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade.

No tocante às ações realizadas pela Coordenação Estadual e Supervisão Metodológica para a qualificação do trabalho, conforme recomendações do Relatório de Monitoramento referente ao 20º PA, foram executadas duas importantes ações:

- Formação em “Comunicação de Impacto: técnicas de apresentação que conectam e engajam pessoas” para a equipe técnica (22/03/2024), ministrada por João Saraiva, com vistas a suprir a necessidade que a equipe tem de formações específicas para esse eixo do Programa (fala em público, apresentações dinâmicas, oratória).



- Formação em “Juventudes e Segurança Pública: Dilemas e Possibilidades”, em parceria com o Supervisor Metodológico do programa Fica Vivo! [REDACTED] (12/01/2024), com vistas à necessidade de ampliação do repertório de formações por parte da equipe:



Em relação às recomendações para o próximo Período Avaliatório, no tocante ao indicador 7.2, reforça-se, como elencado no último Relatório de Monitoramento, a necessidade do aprimoramento da qualidade técnica das formações que têm sido ofertadas; a ampliação do repertório da equipe técnica; e a realização de formações específicas voltadas à equipe para o eixo Em Curso do programa. Além disso, reforça-se a necessidade de atenção ao aumento considerável da meta para o 22º PA, o que irá demandar a ampliação das capacitações nos municípios da RISP.

Em relação ao indicador 7.3, a meta para o 21º período avaliatório foi superada. Obteve-se um total acumulado de 196 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. A seguir, apresenta-se um resumo das atividades realizadas pela equipe da RISP 10, tendo em vista o alcance desse indicador:

- **Espaços formais de participação social**
  - **Rodas de conversa**  
Foi realizada uma roda de conversa com a sociedade civil na temática de prevenção à violência contra a mulher, no município de Lagamar (14/03/04), contando com 22 pessoas participantes.

- **Fóruns**

Com o objetivo de subsidiar a construção do Diagnóstico Municipal de São Gotardo e garantir a participação social neste processo, foi realizado um Fórum Municipal no centro do município, dia 07 de março de 2024, contando com 11 pessoas presentes.

- **Ação nas escolas**

Durante o mês de março, com o objetivo de prevenir a violência infanto-juvenil, foram realizadas ações de prevenção nas escolas em Abadia dos Dourados, contando com a participação de 102 alunos.

- **Reunião de rede temática**

Foi realizada também reunião de rede temática de prevenção à violência contra a mulher em Presidente Olegário (12/03/2024) contando com 10 pessoas presentes.

**Em relação aos espaços de participação social promovidos pelo programa, reitera-se também a necessidade de um maior monitoramento e consequente qualificação técnica de tais ações.** Atualmente, observa-se a **necessidade da parametrização metodológica quanto aos “tipos de espaço” e “tipos de ação” que são contabilizados para fins de indicador.** Nesse sentido, a Coordenação Estadual e Supervisão Metodológica já estão realizando reuniões temáticas e estudos para melhor qualificação da equipe, com vistas a produzir um material orientador para a execução das ações com melhor qualidade no próximo período avaliatório.

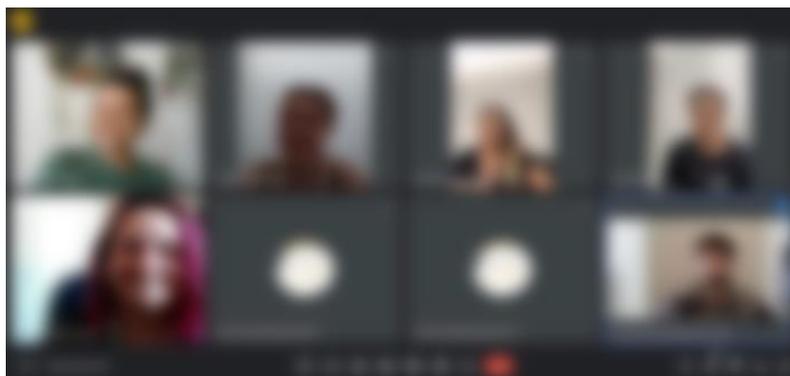
Continuando as ações realizadas no 21º Período Avaliatório que contribuíram para o desempenho do indicador 7.3, também é importante mencionar as reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade:

- **Reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade (CMPC)**

- **CMPC Patos de Minas**

- 10ª reunião da CMPC de Patos de Minas, realizada dia 30/01/2024 com 13 membros presentes.
- 11ª reunião da CMPC de Patos de Minas, realizada dia 27/02/2024 com 20 membros presentes.

Observa-se um aumento do quórum da reunião de janeiro (13) para fevereiro (20) e isso se deve, dentre outros fatores, ao esforço da Coordenação Estadual e da Supervisão Metodológica com vistas à melhoria do trabalho, além da dedicação da equipe de ponta. Foi realizada uma supervisão temática com a Supervisão Metodológica e a Coordenação do Programa, em que foram estabelecidas várias estratégias para melhoria das reuniões da Comissão e para o aumento do quórum. Nesse sentido, foi sugerido que a equipe procurasse a assessoria de comunicação do município para que as ações da Comissão tenham melhor divulgação, o que ocorreu na primeira reunião do ano e acabou reverberando para o reconhecimento dos trabalhos da Comissão e, possivelmente, para o aumento do quórum.



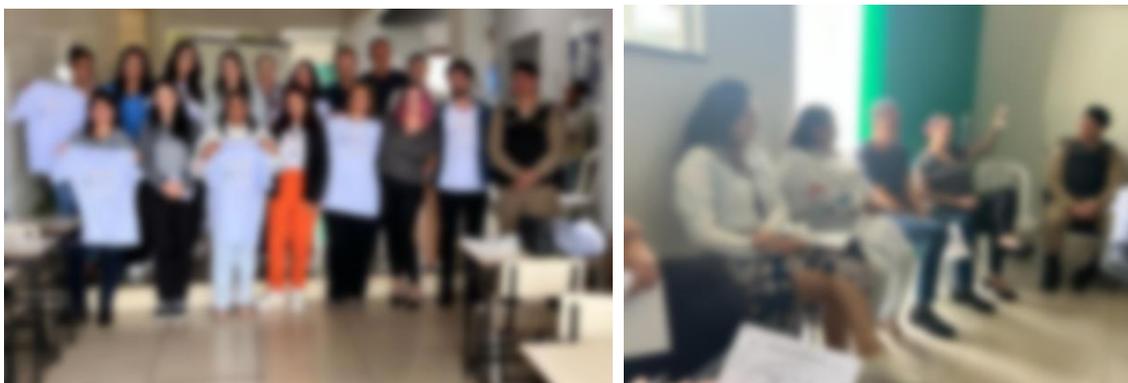
*Supervisão Temática em parceria com a Coordenação Estadual: Comissão Municipal - 29/02/2024*



*Publicação no Instagram da Prefeitura de Patos de Minas sobre a Comissão Municipal*

- **CMPC São Gotardo**
  - 3ª reunião da CMPC de São Gotardo, realizada dia 23/02/2024 com 18 membros presentes.

Em relação às ações da Coordenação Estadual em parceria com a Supervisão Metodológica para o fortalecimento de tais ações, destaca-se a presença da Gerente do Programa e do Supervisor Metodológico na terceira reunião da CMPC do município de São Gotardo. A presença de tais atores, além de fortalecer a reunião da CMPC, se deu haja vista a necessidade de qualificação do trabalho e acolhimento da analista recém-contratada em São Gotardo, cuja chegada se deu em fevereiro.



*Terceira reunião CMPC São Gotardo - 23/02/2024*

Conforme abordado no RGR (p. 125), no mês de março também houve uma ação inédita no programa: a participação da gestão e do analista social responsável pela condução do Eixo Certifica na Tribuna da Câmara dos Vereadores de Patos de Minas para esclarecimentos sobre o Plano Municipal. Apesar de tal ação não ser contabilizada para fins deste indicador, ela pode ser considerada uma ação com vistas à participação social, na medida em que implicou na possibilidade dos vereadores e da população em geral presente na tribuna tirarem dúvidas e opinarem sobre o Plano Municipal.



Participação da equipe municipal na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Patos de Minas - 21/03/2024

Por fim, como fatores de atenção a serem levados em consideração para o próximo período no tocante ao indicador 7.3, elencam-se:

- Necessidade de parametrização metodológica dos “tipos de espaço” e “tipos de ação” de participação social;
- Qualificação e sistematização das metodologias das “ações nas escolas” e das “rodas de conversa”;
- Expansão para outros municípios da RISP das ações de “reunião de rede temática”;
- Manutenção dos quóruns das Comissões Municipais de Patos de Minas e São Gotardo e da qualidade das reuniões;
- Atenção ao aumento das metas.

Por fim, destaca-se que após a sinalização nos últimos 4 Relatórios de Monitoramento, o Programa Selo Prevenção Minas se faz constar no último gráfico de análise do RGR, porém, ainda está ausente nas análises trazidas no texto subsequente. **Solicita-se, portanto, o aprimoramento visando abarcar as particularidades do programa.**

### Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
91	81	89%

<b>Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
203	230	113%

<b>Indicador 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
45	34	75%

<b>Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto</b>		
Meta	Resultado	Desempenho
15	8,86	169%

No que se refere aos indicadores desta área temática voltados à mensuração do trabalho realizado pelas supervisões da gestão e metodológica, destaca-se o alcance da meta no indicador 8.2, e um desempenho aquém do esperado no indicador 8.1, no que toca à atuação da supervisão da gestão, e 8.3, que diz respeito às capacitações realizadas por esses atores.

Cumpra mencionar que, apesar do RGR incluir um detalhamento com a exemplificação das supervisões realizadas e os temas discutidos, **espera-se um avanço nas leituras e possíveis discussões e revisões sobre os indicadores 8.1 e 8.2 com a entrega e análise do produto 3.1 – Manual da Supervisão Metodológica e da Gestão**. A segregação dos indicadores referentes aos trabalhos das supervisões e das capacitações pela SUPEC, no início de 2023, teve como objetivo justamente fomentar a discussão sobre o papel desses dois atores na Política de Prevenção, de forma coerente com a demanda pela elaboração do produto. Assim, considera-se importante que o produto também contribua para a evolução das análises nesse indicador, nos próximos períodos avaliatórios, como encaminhamento, trazendo materialidade à avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas supervisões.

No que se refere ao **indicador 8.3**, a OS destaca em sua análise que o não alcance da meta provocará o desenho de novas estratégias para o seu alcance ou uma avaliação da possibilidade de recalibrar o indicador no próximo termo aditivo, tendo em vista que a meta de 45 capacitações por trimestre foi considerada elevada (15 capacitações por mês e 2,2 por equipe de supervisão). **Recomenda-se que tal ponto também seja discutido junto à SUPEC acerca do Produto 3.1, a fim de verificar se a meta está adequada às expectativas com o trabalho das supervisões.**

Além disso, pontua-se que na pág. 140 há um erro no tema da formação referente ao programa Selo Prevenção Minas. Está escrito que o tema foi “Qualificação dos dados do programa: Uma imersão na Planilha de Egressos com foco no treinamento metodológico para o bom desenvolvimento do relatório quantitativo”, que é referente a outro programa da política de prevenção. O tema correto seria “Capacitação Inicial - Selo Prevenção Minas São Gotardo”.

**Quanto ao indicador 8.4, é importante destacar que a gestão de recursos humanos da OS tem sido ponto de atenção no monitoramento e fiscalização realizados pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão e pelos servidores da SUPEC.** Vale lembrar que, no ano de 2023, o quantitativo de rescisões trabalhistas verificados nos procedimentos de checagem amostral chamou a atenção da SUPEC, que pautou o assunto junto à OS parceira no contexto das checagens amostrais e de elaboração dos relatórios de monitoramento, levando a pauta também para a Comissão de Avaliação.

Conforme demonstra o quadro abaixo, 130 (cento e trinta) funcionários foram desligados no ano, sendo 54% do quantitativo de demissões realizadas pela OS e 46% rescisões a pedido do próprio colaborador. Ainda, **o quantitativo de funcionários desligados em 2023 representou cerca de 26% do total de funcionários vinculados ao Contrato de Gestão.**

Período Avaliatório	Quantitativo total de rescisões	Quantitativo de rescisões à pedido do próprio colaborador	Quantitativo de colaboradores desligados pela OS
17º (jan/23 - mar/23)	53	22	31
18º (abr/23 - jun/23)	25	11	14
19º (jul/23 - set/23)	35	19	16
20º (out/23 - dez/23)	17	8	9
<b>Total em 2023</b>	<b>130</b>	<b>60</b>	<b>70</b>

Conforme evidenciado nos Relatórios de Monitoramento e da Comissão de Avaliação ao longo do ano de 2023, a preocupação central da SUPEC se dá em razão dos **eventuais prejuízos causados pela elevada rotatividade de pessoal, haja vista especialmente que os profissionais atuam diretamente nas Unidades de Prevenção à Criminalidade e são continuamente capacitados pela política pública.**

Diante disso, foi solicitado ao Instituto Elo a apresentação de um diagnóstico aprofundado dos motivos dessas rescisões ao longo do ano, para fins de intervir e amenizar nos processos de saída dos profissionais desta política pública, já que tal situação afeta diretamente no desenvolvimento do trabalho dos programas e no serviço público prestado. O diagnóstico apresentado pela OS traz diferentes elementos da gestão de pessoas e demonstra a identificação das motivações que levaram aos desligamentos, conforme pode ser resumido no quadro abaixo, elaborado pela Supervisão do Contrato de Gestão a partir das informações oferecidas no diagnóstico da OS:

Motivação	Quantitativo de funcionários desligados
Nova oportunidade de trabalho	31
Não correspondeu às expectativas do trabalho	26
Motivos Pessoais	21
Não respondeu ao desenvolvimento	21
Intervenção BH Centro	12
Convidado para atuar na Supec	4
Intervenção Se Liga	3
Licença Maternidade: contrato temporário	3
Dificuldade de relacionamento interpessoal	2
Recomposição de equipe	2
Contrato tempo determinado	1
Dificuldade interpessoal	1
Insatisfação com o formato da Política de Prevenção	1
Mudança para outro Estado	1
Redução de vagas	1

Constata-se, portanto, que a maioria das rescisões de contrato de trabalho se deu a pedido do profissional em razão de novas oportunidades de trabalho. Por sua vez, dentre as rescisões realizadas pela OS, a maioria corresponde àquelas em que o profissional não correspondeu às expectativas do trabalho ou

não respondeu à política de desenvolvimento da instituição. Vale destacar que o diagnóstico explora diferentes fatores contextuais, de mercado e mesmo geracionais que podem estar contribuindo para a alta rotatividade dos trabalhadores. E, neste contexto, **já foi solicitado à OS a apresentação de um plano de ação, contendo possíveis estratégias de intervenção, que serão avaliadas em conjunto pelo Instituto ELO e a SUPEC.**

**Cabe destacar, ainda, a imprescindibilidade da revisão do indicador 8.4, a fim de mensurar de forma mais acurada as questões evidenciadas.** Isso porque, embora a OS sempre alcance um bom desempenho nesse indicador, realizando com celeridade os processos de seleção e a contratação para reposição do pessoal desligado, o indicador não necessariamente indica os impactos das constantes mudanças e recomposições de equipe que foram apontadas, inclusive, em diferentes pontos deste relatório pelas diretorias e coordenações dos programas.

Isto posto, registramos a atenção e o monitoramento contínuo desta Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade sobre tais aspectos, bem como acerca dos recursos utilizados para tal fim, para que a administração pública estadual possa interceder junto a entidade e mitigar tais fatores.

### Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
64	64	100%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
6	6	100%

Para o **indicador 9.1**, a SUPEC reitera que as informações detalhadas a respeito das dinâmicas criminais dos territórios e das análises produzidas não necessitam constar no RGR, uma vez que já foram produzidas nos referidos relatórios e que apresentam informações muito específicas de cada território, consideradas análises estratégicas para a atuação da política pública, e não de uso comum, dada a publicização do RGR. Além disso, tais análises tornam o RGR demasiadamente extenso, e não contribuem necessariamente à análise dos resultados.

Sobre o **indicador 9.2**, importante mencionar que, diferentemente da redação do RGR (p. 167), não são mais mensurados os relatórios do Programa Fica Vivo neste indicador, na medida em que os mesmos foram substituídos pelo Power BI. Além disso, na pág. 167, existe um erro de contagem e/ou digitação, dizendo que foram entregues “0” relatórios.

### Área Temática 10 – Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%		

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%		

Na área temática 10, acerca do indicador 10.1 – percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica, informa-se que este procedimento, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, ainda está sendo concluído pela Comissão de Monitoramento. Justifica-se o atraso em virtude de férias regulamentares de alguns servidores que compõem a referida Comissão, somado ao aumento considerável do número de processos de compras e contratações a serem avaliados. Contudo, será apresentado até a data da Reunião da Comissão de Avaliação para que se possa realizar o cálculo da nota da parceria.

O indicador 10.2 – efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que todas as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo dos indicadores. Ademais, destaca-se novamente que o prazo para elaboração dos documentos pela Comissão de Monitoramento, definido em legislação, é insuficiente devido ao volume de dados e informações da parceria, para os quais são necessárias profundas análises em prazo tão curto.

### 3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
3	3.1 Aprimoramento e avaliação da Política de Prevenção Social à Criminalidade Manual Orientador da Supervisão Metodológica e da Gestão	4	29/02/2024	Em processo de finalização da análise do conteúdo para discussão com a OS, e posterior aprovação.	Produto entregue pela OS fora do prazo, em 23/03/2024. Em análise para considerações e aprovação pela SUPEC
7	7.1 Gestão Estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade Manual – Procedimentos de Gestão Estrutural das Unidades de Prevenção À Criminalidade	6	31/03/2024	31/03/2024 Aprovado pela SUPEC	Executado dentro do prazo

#### 3.1. Detalhamento da realização dos produtos

Para o 21º Período Avaliatório foi prevista a entrega de dois produtos. O primeiro, **3.1 – Manual Orientador da Supervisão Metodológica e da Gestão** dada a prorrogação do prazo para dezembro de 2023. Todavia, a OS não enviou o produto no prazo pactuado, conforme justificado, devido ao aprofundamento das análises produzidas. Enfatiza-se, contudo, que o produto foi entregue em 23/03/2024, mas também pelo

volume de informações produzidas e dada a importância que a temática tem para a SUPEC, o referido documento ainda se encontra em análise, tendo sido compartilhado com todas as diretorias da SUPEC, além dos gestores a nível estratégico desta política pública, para avaliação e construção conjunta com a OS, tendo em vista os objetivos do referido produto.

Cumprido destacar que a SUPEC reconhece o empenho da OS na elaboração do produto e considera que o material produzido será de grande contribuição, de modo que o atraso na entrega não invalida sua importância e complexidade. Ademais, será relevante avaliar de forma objetiva as contribuições e reverberações que o Manual terá no cotidiano do trabalho das supervisões, e, conforme já pontuado na área temática 8, contribuindo para o aprimoramento desse trabalho e para os objetivos finais da Política de Prevenção à Criminalidade. Pretende-se, portanto, expor nos próximos períodos avaliatórios essa temática, ainda que o produto tenha sido previsto no 21º PA.

A OS submete ainda o pedido à Comissão de Avaliação de que este produto seja considerado em sua nota parcial. Sugere-se a análise pela representante da SEPLAG se, mesmo sem o envio da fonte de comprovação de validação pela SUPEC, tal consideração pode ser avaliada pela Comissão de Avaliação.

O segundo produto previsto foi o **7.1 – Manual – Procedimentos de Gestão Estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade**, que foi entregue pela OS e validado pela SUPEC dentro do prazo definido no Contrato de Gestão. Conforme já destacado na introdução do relatório, esse produto foi essencial considerando o contexto da transição gradual da gestão estrutural e patrimonial das UPCs no âmbito do Contrato de Gestão. Destaca-se também que a SUPEC buscou atuar ativamente e contribuir com as percepções e experiências nessa gestão para subsidiar a elaboração do manual da OS.

Foram entregues documentos apartados para a Gestão Estrutural, que incluiu a infraestrutura, manutenções de UPCs, bem como os procedimentos para a implantação de Unidades, e para a Gestão Patrimonial, que envolve todos os processos da gestão dos bens vinculados ao Contrato de Gestão. Os documentos foram avaliados pela SUPEC positivamente, considerando que vão guiar os fluxos da gestão, bem como orientarão as equipes das UPCs sobre como proceder nos diferentes processos. Cabe mencionar ainda, que referidos manuais serão atualizados constantemente, na medida da necessidade de novos fluxos, melhorias e adaptações às situações que acontecem diariamente nas UPCs. A SUPEC segue em construção conjunta com as gerências responsáveis na OS, contribuindo para esse aprimoramento.

Por fim, cabe destacar que para os próximos períodos avaliatórios já terá início uma das implantações previstas no Programa de Trabalho, qual seja, a UPC de Teófilo Otoni, considerando o avanço nas negociações com o município, a celebração de Termo de Cooperação Técnica, e a concretude da cessão de um imóvel pela prefeitura. Além disso, as tratativas para a implantação no município de Contagem também se encontram em fase avançada.

## 4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

### Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo  
21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	1.413.479,60	216.592,55	15,32%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.424.300,00	1.379.267,67	21,47%
3	Capacitações da equipe contratada	215.000,00	5.419,37	2,52%
4	Deslocamento da equipe contratada	108.000,00	13.952,60	12,92%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	214.200,00	174.869,22	81,64%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	679.000,00	153.501,12	22,61%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	87.200,00	3.730,00	4,28%
9	Ações do Programa Se Liga	39.700,00	3.508,75	8,84%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	92.206,07	22,22%
15	Emenda Parlamentar	479.200,00	479.200,00	100,00%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e Sede Administrativa	234.000,00	9.795,03	4,19%
17	Bem estar social	9.000,00	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	108.000,00	26.820,75	24,83%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	-	-
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	300.000,00	4.054,89	1,35%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	292.800,00	16.763,78	5,73%
22	Gestão das UPCS - Contratação de serviços de limpeza de caixas d'água, telhados, calhas etc. Serviços elétricos, hidráulicos, vidraçaria, marcenaria, chaveiro, extintor de incêndio, capina, dedetização, carros/mudanças, etc.	48.000,00	16.018,01	33,37%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	60.000,00	70.662,46	117,77%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	999,00	8,33%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCs.	12.000,00	-	-
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	287.100,00	43.305,84	15,08%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	132.000,00	33.623,10	25,47%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.	400.000,00	-	-
<b>Total</b>		<b>11.981.939,60</b>	<b>2.744.290,21</b>	<b>22,90%</b>

#### Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

#### Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	216.592,55
Área Fim	2.527.697,66

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	18.272.393,93	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36
(E) Total de Entradas de Recursos	165.192,67	9.452.246,25	653.021,54	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	3.225.361,16	3.353.598,39	3.273.302,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36	18.690.592,36

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	6.709.441,55
(C) Recursos Comprometidos	2.871.078,72
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	4.591.125,03
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	4.518.947,06
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	18.690.592,36

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	18.690.592,36
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	18.690.592,36
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	4.633.992,72
Transferência para Reserva	458.609,35
Rendimentos Fin da Reserva	136.794,00
Gastos da Reserva	-
Saldo	5.229.396,07

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
<b>Previsto</b>													
<b>1</b>	<b>Entrada de Recursos</b>												
1.1	Repasses	9.319.006,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.319.006,51
1.2	Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	-	-	-	-	-	-	-	-	472.253,95
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	479.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal Receitas:</b>	<b>479.200,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>479.200,00</b>

<b>21</b>	<b>Gastos com Pessoal</b>												
2.1.1	Salários	1.642.202,21	1.662.603,83	1.662.603,83	-	-	-	-	-	-	-	-	4.967.409,87
2.1.2	Estagiários	121.737,00	121.737,00	121.737,00	-	-	-	-	-	-	-	-	365.211,00
2.1.3	Encargos	487.477,66	494.472,40	494.472,40	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.422,46
2.1.4	Benefícios	467.250,89	474.258,83	474.258,83	-	-	-	-	-	-	-	-	1.415.768,55
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>2.718.667,76</b>	<b>2.753.072,06</b>	<b>2.753.072,06</b>	<b>-</b>	<b>8.224.811,88</b>							
22	Gastos Gerais	1.300.566,53	1.063.266,53	1.121.516,53	-	-	-	-	-	-	-	-	3.485.349,59
23	Aquisição de Bens Permanentes	434.600,00	396.500,00	1.100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	832.200,00
24	Transferência para Reserva	165.192,67	133.239,74	173.821,54	-	-	-	-	-	-	-	-	472.253,95

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
<b>Realizado</b>													
<b>1</b>	<b>Entrada de Recursos</b>												
1.1	Repasses	9.319.006,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.319.006,51
1.2	Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	-	-	-	-	-	-	-	-	472.253,95
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	479.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal Receitas:</b>	<b>479.200,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>479.200,00</b>

<b>21</b>	<b>Gastos com Pessoal</b>												
2.1.1	Salários	1.425.025,43	1.433.900,34	1.461.515,92	-	-	-	-	-	-	-	-	4.320.441,69
2.1.2	Estagiários	73.267,08	95.363,33	59.890,43	-	-	-	-	-	-	-	-	228.520,84
2.1.3	Encargos	482.219,90	474.309,54	467.991,49	-	-	-	-	-	-	-	-	1.424.520,93
2.1.4	Benefícios	202.800,96	469.033,26	490.845,56	263.508,92	-	-	-	-	-	-	-	1.426.188,70
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>2.183.313,37</b>	<b>2.472.606,47</b>	<b>2.480.243,40</b>	<b>263.508,92</b>	<b>-</b>	<b>7.399.672,16</b>						
22	Gastos Gerais	605.081,39	670.712,66	1.467.929,13	1.567,54	-	-	-	-	-	-	-	2.745.290,72
23	Aquisição de Bens Permanentes	73.844,73	5.698,00	351,99	-	-	-	-	-	-	-	-	79.894,72
24	Transferência para Reserva	165.192,67	133.239,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	298.432,41

	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
<b>1</b>		
1.1	100,00%	-
1.2	100,00%	-
1.3		
1.3.1	100,00%	-
1.3.2	-	-
1.3.3	-	-
	<b>100,00%</b>	<b>-</b>
<b>21</b>		
2.1.1	86,98%	646.968,18
2.1.2	62,57%	136.690,16
2.1.3	96,48%	51.901,53
2.1.4	100,74%	(10.420,15)
	<b>89,97%</b>	<b>825.139,72</b>
22	78,77%	740.058,87
23	9,60%	752.305,28
24	63,19%	173.821,54
	<b>80,86%</b>	<b>2.491.325,41</b>

Memória de Cálculo B – FUNEMP

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo  
21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	-	0,00	-
2	Acompanhamento in loco da Supervisão Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	-	-	-
<b>Total</b>		-	0,00	-

**Destinação dos Gastos de Pessoal**

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

**Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal**

Destinação	Valor
Área Meio	0,00
Área Fim	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	857.460,43	718.183,49	595.772,65	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36
(E) Total de Entradas de Recursos	7.766,15	5.575,92	321.895,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	147.043,09	127.986,76	81.492,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	718.183,49	595.772,65	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36	836.176,36

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	303.636,76
(C) Recursos Comprometidos	55.840,14
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	109.605,65
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	367.093,81
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	836.176,36

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	836.176,36
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	836.176,36
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	149.701,47
Transferência para Reserva	20.860,12
Rendimentos Fin da Reserva	4.513,91
Gastos da Reserva	-
Saldo	175.075,50

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

21º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL			
<b>Previsto</b>																
<b>1</b>	<b>Entrada de Recursos</b>															
1.1	Repasses	316.536,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	316.536,70		
1.2	Rendimentos Fin.	7.766,15	5.575,92	5.359,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.701,13		
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	<b>Subtotal Receitas:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Realizado</b>																
<b>1</b>	<b>Entrada de Recursos</b>													<b>Realizado (j) Previsto</b>	<b>Previsto (-) Realizado</b>	
1.1	Repasses	316.536,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	316.536,70	100,00%	-
1.2	Rendimentos Fin.	7.766,15	5.575,92	5.359,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.701,13	100,00%	-
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal Receitas:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-
<b>Realizado</b>														<b>Realizado (j) Previsto</b>	<b>Previsto (-) Realizado</b>	
<b>2.1</b>	<b>Gastos com Pessoal</b>															
2.1.1	Salários	89.785,46	59.856,97	59.856,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209.499,40		
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.1.3	Encargos	39.376,05	29.453,17	29.453,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.282,39		
2.1.4	Benefícios	30.443,26	20.295,51	20.295,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.034,27		
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>159.604,77</b>	<b>109.605,65</b>	<b>109.605,65</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>378.816,06</b>		
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.4	Transferência para Reserva	7.518,05	7.766,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.284,20		
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>122.479,23</b>	<b>99.160,89</b>	<b>95.024,85</b>	<b>7.640,10</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>324.305,06</b>	<b>85,61%</b>	<b>54.511,00</b>
2.2	Gastos Gerais	(0,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,00)	-	0,00
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva	7.766,15	5.575,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.342,07	87,29%	1.942,13
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>122.479,23</b>	<b>99.160,89</b>	<b>95.024,85</b>	<b>7.640,10</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>324.305,06</b>	<b>85,68%</b>	<b>56.453,13</b>

#### 4.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 09/04/2024. Foi verificada pela Supervisão do Contrato de Gestão uma incorreção no RGF do FUNEMP que, conforme informado pela OS, ocorreu devido a um erro no preenchimento dos encargos previstos na “Tabela 2 – Comparativo entre as Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência”. Assim que o erro foi identificado, a OS encaminhou o RGF FUNEMP corrigido no dia 17/05/2024.

Ademais, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade com os saldos informados nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 21º período avaliatório foi executado 80,86% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 85,68% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando inclusive com a colaboração dos servidores da SEJUSP, principalmente das diretorias e coordenações dos programas no tocante as informações sobre a execução dos mesmos e das metodologias aplicadas e acompanhadas por cada programa.

Por fim, sugere-se que a Comissão de Avaliação inclua as recomendações contidas nesse Relatório no Relatório da Comissão de Avaliação, enquanto encaminhamentos para os próximos períodos avaliatórios.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**

**Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias**

Relatório da Comissão de Monitoramento 21º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 22 de maio de 2024.

### **DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019**

Declaramos ter realizado os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 21º período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores (planilhas apresentadas pelos programas) e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos e a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro apresentado pelo Instituto ELO.

Esclarecemos ainda, que o procedimento da checagem amostral periódica, ou seja, a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente, encontra-se em finalização, conforme justificativa apresentada no Relatório de Monitoramento, e será apresentado até a data da reunião da Comissão de Avaliação.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (88828317).

Belo Horizonte, 22 de maio de 2024.

**Gleysiane Freire Diniz**

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

**Luísa de Paulo Longuinho**

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

**Beatriz Barbosa Pena Camargo**

Representante da Unidade Jurídica do OEP

**Marcus da Silva Resende**

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 22/05/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 22/05/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 22/05/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paulo Longuinho, Servidor(a) Público(a)**, em 22/05/2024, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **88828492** e o código CRC **20BDF510**.